

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro Sócio-Econômico
Departamento de Ciências Econômicas

Curso de graduação em CIÊNCIAS ECONÔMICAS
a distância

Economia Marxista

NILDO OURIQUES



093e Ouriques, Nildo

Economia Marxista. / Nildo Ouriques . 4. impri. - Florianópolis :
Departamento de Ciências Econômicas/UFSC, 2014.

75p. : il

Curso de Graduação Ciências Econômicas

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7426-066-2

1. Economia marxista. 2. Pensamento marxiano. 3. Pensamento marxista. 4. Educação a distância I. Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Ciências Econômicas. II. Título.

CDU: 330

GOVERNO FEDERAL

Presidente da República	Dilma Vana Rousseff
Ministro da Educação	Aloizio Mercadante
Diretor de Educação a Distância da CAPES	João Carlos Teatini de Souza Clímaco

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Reitora	Roselane Neckel
Vice-Reitora	Lúcia Helena Pacheco
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis	Lauro Francisco Mattei
Pró-Reitor de Pesquisa	Jamil Assereuy Filho
Pró-Reitor de Extensão	Edison da Rosa
Pró-Reitora de Pós-Graduação	Joana Maria Pedro
Pró-Reitora de Graduação	Roselane Fátima Campos
Secretária Especial da Secretaria Gestão de Pessoas	Neiva Aparecida Gasparetto Cornélio
Pró-Reitora de Planejamento e Orçamento	Beatriz Augusto de Paiva
Secretário de Cultura	Paulo Ricardo Berton
Coordenadora UAB/UFSC	Sonia Maria Silva Correa de Souza Cruz

CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO

Diretora	Elisete Dahmer Pfitscher
Vice-Diretor	Rolf Hermann Erdman

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Chefe do Departamento	Armando de Melo Lisboa
Subchefe do Departamento	Brena Paula M. Fernandez
Coordenadora Geral na modalidade a distância	Marialice de Moraes

EQUIPE DE PRODUÇÃO DE MATERIAL - PRIMEIRA EDIÇÃO

Coordenação de Design Instrucional	Suelen Haidar Ronche
Design Instrucional	Claudete Maria Cossa Renata Oltramari
Revisão Textual	Maria Geralda Soprana Dias
Coordenação de Design Gráfico	Giovana Schuelter
Design Gráfico	Natália Gouvêa Rafael de Queiroz Oliveira
Ilustrações	Natália Gouvêa Rafael de Queiroz Oliveira
Design de Capa	Guilherme Dias Simões Felipe Augusto Franke Steven Nicolás Franz Peña
Projeto Editorial	André Rodrigues da Silva Felipe Augusto Franke Max Vartuli Steven Nicolás Franz Pena

EQUIPE DE PRODUÇÃO DE MATERIAL - QUARTA EDIÇÃO

Coordenação de Design Instrucional	Andreia Mara Fiala
Coordenação de Design Gráfico	Giovana Schuelter
Design Gráfico	Thiago Alves Vieira
Ilustrações	Rafael de Queiroz Oliveira
Design de Capa	Guilherme Dias Simões Felipe Augusto Franke Steven Nicolás Franz Peña
Projeto Editorial	André Rodrigues da Silva Felipe Augusto Franke Max Vartuli Steven Nicolás Franz Pena

Sumário

UNIDADE 1

KARL MARX: CRÍTICO DO NOSSO TEMPO

1.1 INTRODUÇÃO.....	9
1.2 MARX E O MARXISMO.....	13
1.3 O MARXISMO LATINO-AMERICANO	17

UNIDADE 2

A CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA DE MARX

2.1 A CRÍTICA MARXISTA E A FORMAÇÃO DO ECONOMISTA	23
2.2 O MÉTODO DA ECONOMIA POLÍTICA	24

UNIDADE 3

A TEORIA DO VALOR

3.1 AS TRÊS FONTES DE MARX E A TEORIA OBJETIVA DO VALOR.....	33
3.2 A TEORIA DA MAIS-VALIA.....	39
3.3 O SALÁRIO	43
3.4 VALOR E PREÇO	44
3.5 CAPITAL CONSTANTE E CAPITAL VARIÁVEL	46

UNIDADE 4

AS CONTRATENDÊNCIAS À QUEDA NA TAXA DE LUCRO

4.1 AS CONTRATENDÊNCIAS GERAIS	53
4.2 A SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA	54
4.3 O COMÉRCIO EXTERIOR.....	55
4.4 A TAXA DE MAIS-VALIA E A TAXA DE LUCRO	58
4.5 A DIFERENÇA NACIONAL DOS SALÁRIOS.....	60

UNIDADE 5

CONCLUSÕES

Conclusões	67
------------------	----

REFERÊNCIAS.....	74
------------------	----

Palavra do professor

Estimados alunos,

Esta apostila é um convite à leitura de Marx. Em hipótese alguma, a leitura dela substituirá o prazer de ler Marx diretamente, conhecer sua obra mais importante e adotar sua perspectiva crítica. Marx tornou-se um clássico das ciências sociais, razão suficiente para não ignorá-lo.

Como afirmo no texto que vocês agora recebem, não está escrito em parte alguma que o economista deve ser necessariamente um ignorante. Um economista pode, e na verdade necessita, ser um profissional culto. Lamentavelmente não é esta a característica mais comum entre nós. Em geral, os economistas buscam a especialização, julgando que, com esta opção, podem obter melhores resultados na profissão e contribuir para a solução dos grandes problemas do país. É um engano. Ortega y Gasset anunciou que o especialista é, na verdade, um bárbaro moderno. O escritor espanhol tem razão. Em nome do “saber especializado”, os economistas indicam políticas, orientam decisões e emitem juízos que terminam por condenar milhões de pessoas ao desemprego e à marginalidade.

A leitura de Marx, um autor essencialmente crítico da sociedade capitalista, permitirá a você uma visão totalizante da sociedade em que vivemos. Após a leitura sistemática de *O Capital*, você poderá se opor à teoria de Marx, mas jamais poderá argumentar que ele está ultrapassado e merece ser esquecido. Como qualquer clássico, Marx é indispensável em nossa formação. Mas no caso dele, e em função da crítica que realizou, é sempre mais difícil deixar de enfrentá-lo sem que este ato desperte em nós paixões e interesses.

Marx é um crítico das ideologias. Neste mundo afundado na crise, que se evidenciou a partir de setembro de 2008, a leitura de Marx tornou-se obrigatória, mesmo que nos currículos de economia do Brasil, ela já tivesse se tornado um estorvo para a maioria dos professores. Muitos, inclusive, julgavam desnecessário estudar a Marx em nome de “outras prioridades”, supostamente, mais adequadas para o “mercado de trabalho”. Esta visão foi derrotada pelos fatos. A crise capitalista devolveu Marx ao grande palco dos debates acerca de nosso futuro.

Agora é com você. Boa leitura!

Prof. Nildo Ouriques



1

KARL MARX: CRÍTICO DO NOSSO TEMPO

Nesta unidade você verá:

- a importância da crítica feita por Marx à economia política burguesa, e o papel dessa crítica na formação do economista;
- os motivos do “renascimento” de Marx a cada crise capitalista;
- as razões para o relativo atraso do estudo marxista no Brasil;
- algumas importantes contribuições à obra de Marx, sobretudo no que se refere à tecnologia e ao meio ambiente;
- o conceito de marxismo e as fundamentais diferenças entre a obra marxiana e as obras marxistas;
- a atuação de Marx no desenvolvimento da consciência de classe do proletariado;
- a expansão do marxismo pelo mundo e as particularidades do marxismo latino-americano.

1.1 INTRODUÇÃO

Com frequência algum sociólogo ou economista declara que Marx está morto. Parece ser o esporte preferido desses senhores. Contudo, qualquer manifestação de crise no sistema capitalista é suficiente para que um editor alemão anuncie o lançamento de uma nova versão das obras completas de Karl Marx. Além disso, os jornais que nos últimos anos ajudaram a formar a opinião segundo a qual a análise de Marx estava superada são os mesmos que agora recordam a impossibilidade de entender a crise capitalista atual sem recorrer às lições do ilustre alemão. Marx, com muita frequência, é considerado um “cachorro morto” mas, feito ave fênix, renasce das cinzas de acordo com a intensidade da crise. Após os efeitos devastadores da crise de 1979 – que erroneamente se tributa à elevação dos preços do petróleo –, Cleaver anunciou o “ressurgimento de Marx” em função do grande interesse que sua obra despertou em distintos grupos sociais – sindicatos, estudantes, professores, etc. – na tentativa de explicar aquele conturbado período do mundo.

Em nosso caso – ou seja, para nós, brasileiros –, a nota trágica fica por conta do fato de que a maior parte da obra de Marx é ainda desconhecida do grande público nacional e, não menos importante, é também desconhecida de grande parte dos professores universitários, muito embora sejam estes os mesmos que enchem seus currículos com artigos sobre o caráter obsoleto da obra do alemão. Enfim, a exemplo de muitos outros países, fala-se de Marx sem se conhecer a obra de Marx. No Brasil, nunca é demais recordar, o primeiro volume de *O Capital* foi publicado apenas em 1968, ou seja, no auge da repressão da ditadura militar, momento em que nem mesmo os poucos estudantes mais atentos se sentiam confortáveis desfilando nos corredores da universidade com um livro considerado subversivo debaixo do braço. Para que o leitor tenha ideia do atraso, basta recordar que os primeiros escritos de Marx foram traduzidos na Argentina em 1898, portanto, há mais de um século. Além do desconhecimento e da simples falta de leitura da obra de Marx, há algo que também merece menção: critica-se muito Marx a partir da interpretação que o “marxismo” fez dos principais textos dele, sem, contudo, mergulhar profundamente em sua obra. É preciso salientar que foi Marx quem primeiro rejeitou o rótulo de que era “marxista” e há boas razões para este procedimento. A principal razão é que Marx se apresentou como um crítico do sistema capitalista. Como muitos “marxistas” reconhecem, são escassos os textos em que ele apresentou uma “alternativa”, no sentido que esta expressão ganhou em nosso tempo. Mas, ao contrário de uma interpretação rasteira e interessada, a crítica de Marx tornou-se o primeiro passo para a superação da sociedade burguesa. Enfim, o primeiro passo necessário para a superação da sociedade burguesa é a compreensão crítica de sua constituição histórica e dos mecanismos inerentes à sua reprodução material.

Por outro lado, é possível afirmar que Marx ficou cativo de uma razão de estado que em muito contribuiu não somente para o desconhecimento de sua obra, mas também para criar toda sorte de preconceitos e falsidades acerca de sua genuína e insuperável contribuição teórica para a compreensão de nosso tempo. É que até 1989, momento em que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) existia, muitos adversários de Marx e de todos os marxistas identificavam a obra teórica de Marx com o regime soviético. A intenção era clara: na exata medida em que o regime soviético era considerado expressão da obra teórica de Marx, ficava evidenciado que seus postulados e sua crítica a toda forma de dominação econômica e política também ficavam desautorizados. É óbvio que esta identificação entre a obra de Marx e o regime soviético não era produto exclusivo dos inimigos do principal teórico do século XIX e crítico insuperável do regime capitalista. Os dirigentes soviéticos também

faziam enormes esforços para legitimar aquele regime de dominação e exploração com os postulados teóricos de Marx. Ou seja, o regime soviético se autodeclarava “marxista”, e muita gente passou a supor que tudo o que ocorria naqueles países era produto da orientação contida na obra de Marx. Nada mais longe da verdade!

Esta associação entre a obra de Marx e o Estado Soviético foi muito conveniente para os críticos e mesmo para os adversários de Marx. Com muita frequência, os defensores do sistema capitalista indicavam que o “resultado prático” dos postulados teóricos marxianos poderia ser encontrado nas sociedades do Leste Europeu (Rússia, Iugoslávia, Romênia, Hungria, Albânia, Tchecoslováquia, entre outros), e mesmo em regimes tão diferentes como os da China comunista e da Coreia do Norte ou, no caso da América Latina, os de Cuba e Nicarágua. Além disso, também existiu outra curiosidade: muitos marxistas defendiam a União das Repúblicas Socialista Soviética (URSS) em nome de Marx. A imprensa dava grande cobertura para os defensores enquanto calava sobre os críticos. Um exemplo notável é o silêncio que a grande mídia impôs a Trotsky, por exemplo. O revolucionário russo não cansou de escrever e perambular pelo mundo afirmando que a revolução tinha sido traída em seus postulados essenciais e o regime soviético não passava de um sistema de dominação que oprimia e explorava os trabalhadores, embora falasse em seu nome.

Saiba Mais

Outro exemplo notável desse *esquecimento programado* pode ser visto no silêncio sobre a obra de Ernest Mandel sobre as transformações na ex-URSS. Para saber mais a esse respeito, consulte: MANDEL, Ernest. *Além da perestroika: A era Gorbachov e o despertar do povo soviético*. Editora Busca Vida, São Paulo: Tomos I e II, 1989.

Mas as críticas de Trotsky foram completamente desconsideradas pelo grande público porque, em grande medida, os meios de comunicação se fecharam para aqueles que defendiam o socialismo, faziam a crítica ao capitalismo e não consideravam a URSS um país socialista.

Também foi um “argumento” comum enterrar Marx supostamente porque ele não tratou de temas considerados atuais como a destruição ambiental e a crise ecológica ou, simplesmente, porque ele não escreveu uma obra completa sobre a tecnologia. Mas esses argumentos, em geral, esquecem que muitos de seus discípulos escreveram importantes livros nessa direção e seguiram

“atualizando” a perspectiva marxiana. Para dar apenas alguns exemplos, basta dizer que o estadunidense John Bellamy Foster escreveu um extraordinário livro denominado *A ecologia de Marx* e, muito antes dele, o brasileiro Álvaro Vieira Pinto escreveu dois tomos de óbvia inspiração marxiana denominados *O conceito de tecnologia* que, na prática, tratavam com grande desenvoltura e profundidade temas implícitos ou insuficientemente desenvolvidos por Marx.

Saiba Mais

Outros autores abordaram inúmeros aspectos da obra de Marx, como podemos observar com o professor da Universidade do Texas, Harry Cleaver ou Biagio de Giovanni. Ambos realizaram estudos dirigidos à leitura política da obra de Marx. Para saber mais, veja:

Cleaver, Harry. *Una lectura política de El Capital*. México: FCE, 1985,

Giovanni, Biagio de. *La teoría política de las clases en “El Capital”*. México: Siglo XXI Editores, 1984.

Os críticos, porém, preferiam calar sobre estas contribuições, como se elas, de fato, não existissem.

Há ainda aqueles que mantêm uma interlocução com a obra de Marx sem se definir no terreno do marxismo como, por exemplo, o italiano **Norberto Bobbio** ou inimigos declarados que escreveram muitos livros e alcançaram prestígio acadêmico “interpretando” sua obra, como, por exemplo, o francês conservador Raimundo Aron.

De resto, é preciso dizer que enquanto os inimigos declarados de Marx anunciavam que sua interpretação estava superada por ser ele um autor do século XIX, continuavam utilizando Aristóteles, Platão, Max Weber, Aléxis de Tocqueville, Thomas Hobbes, J.J. Rousseau e tantos outros clássicos do pensamento político e filosófico sem aplicar a mesma regra para estes. Enfim, desconsideravam que, como tantas outras, a obra de Karl Marx é um clássico do pensamento crítico contemporâneo que não pode ser simplesmente ignorada pelo fato de o autor ter nascido e vivido no século XIX. Da mesma forma que atualmente em sociologia existem estudos sobre a obra inacabada de Max Weber, que goza de certo prestígio nas faculdades de sociologia e economia, é necessário reconhecer que o mesmo espaço deveria ser concedido a Marx, a despeito do caráter aberto e inacabado de sua obra escrita sob condições determinadas de espaço e tempo.

BOBBIO, Norberto. *Ni con Marx ni contra Marx*. México: FCE, 2000.

Palavra do Professor



Enfim, toda obra está condicionada historicamente, e Marx tampouco escapa dessa determinação. Contudo, essa determinação histórica não representa uma limitação intelectual que o tornaria inútil ou limitado para nós que vivemos no século XXI. Acaso conhecemos alguém que desenvolveu análise e crítica tão profunda quanto Marx aos mecanismos inerentes da acumulação capitalista? Acaso existe outra obra tão penetrante quanto a dele sobre as contradições e os antagonismos implícitos no processo de acumulação de capital?

1.2 MARX E O MARXISMO

Para elucidar esta complexa questão é preciso analisar com sumo cuidado a relação entre a obra de Marx e o assim chamado *marxismo*.

Saiba Mais



Para uma visão geral sobre o tema aqui assinalado, vale a consulta em: MANDEL, Ernest. *Introdução ao marxismo*. Porto Alegre: Editora Movimento, 1978.

É conhecida a expressão de Marx segundo a qual ele próprio não se considerava “marxista”. Na verdade, com esta afirmação, é possível considerar que o alemão estaria, ainda em vida, desautorizando todos aqueles que buscavam legitimidade para algum postulado teórico ou ação política na autoridade intelectual dele. Mas além desse cuidado, Marx, que era um mordaz crítico dos regimes estabelecidos e autor de uma fecunda teoria da história, pretendia, com a negativa de ser marxista, insistir no fato de que a função de sua teoria não era de legitimação de qualquer estado, mas, antes de tudo, de crítica ao regime capitalista de produção.

Marx, como sabemos, teve grande atuação no movimento operário e reivindicou a identidade de comunista. Juntamente com Friedrich Engels, ele escreveu o conhecido *Manifesto Comunista*, em 1848, fruto de intensa militância no interior de pequenos grupos políticos compostos por revolucionários com certa experiência, que fundariam o que muito mais tarde ficou conhecido como a *Internacional Comunista*.

Organização mundial de partidos trabalhistas, socialistas e comunistas. Atualmente, estamos sob a vigência da IV Internacional Socialista.

Na verdade, a Associação Internacional dos Trabalhadores foi fundada em 28 de setembro de 1864, em assembleia pública, na cidade de Londres. O Manifesto da AIT, que o próprio Marx publicou em dezembro de 1864 no *Der Sozial-Demokrat*, é um documento de grande valor histórico não somente porque se trata da ata de fundação do moderno movimento operário, mas pelo diagnóstico marxiano que estabeleceu de maneira clara a relação entre a produção da riqueza e a miséria dos trabalhadores no mundo contemporâneo.

Saiba Mais

Para saber mais sobre esse assunto, consulte: MARX, Karl. Manifesto inaugural de la asociación internacional de trabajadores. In: MARX/ENGELS, *La Internacional*. Obras Fundamentales. México: FCE, 1988. Tomo 17.

Palavra do Professor

Caro aluno, todas as citações em outro idioma serão traduzidas livremente por mim a partir de agora.

No manifesto inaugural, Marx assinalou de maneira categórica algo que os trabalhadores na atualidade parecem não entender: “é um fato que a miséria das massas trabalhadoras não diminuiu durante o período de 1848 a 1864, apesar de que este tempo foi, em função dos progressos da indústria e do comércio, um período sem precedentes nos anais da história” (MARX, 1988). De fato, todo progresso burguês tem sido apresentado, desde aquela época, como o portão da felicidade para os trabalhadores, e o ânimo inocente, com o qual esperam uma política de “crescimento econômico” e que é, antes de tudo, uma fase de acumulação de capital em que as reivindicações e interesses históricos dos trabalhadores não serão necessariamente contemplados. Além disso, a fundação da AIT representava também o acúmulo de lutas de quase vinte anos. Ou seja, também expressava a força do jovem movimento operário que nasceu produto da acumulação capitalista desde os tempos em que Marx e Engels lançaram o Manifesto Comunista. É precisamente nesse processo de lutas que Marx e Engels depositavam suas esperanças de que os trabalhadores acumulariam experiência política para evitar e, no limite, destruir o domínio burguês. Engana-se aquele que supõe que o início foi fácil: havia, obviamente, a pressão dos patrões contra o ativismo político dos trabalhadores e, não

menos importante, grande desorientação entre as organizações de luta dos novos miseráveis criados pela indústria moderna. Um exemplo clássico dessa situação é a crítica de Marx a Proudhon, no final de 1872, sobre a defesa que este fez do “apoliticismo” dos trabalhadores. Marx foi, como de costume, contundente a respeito: a recusa em reconhecer o antagonismo de classe, produto da própria sociedade burguesa, representaria, no terreno político, o livre curso da liberdade burguesa. Em oposição, Marx defendia que os trabalhadores deveriam reconhecer que não criaram esse antagonismo entre as classes, mas não teriam mais alternativa de que assumi-lo até as últimas consequências para superar o “reino da necessidade” em que se encontravam e abrir as portas do “reino da felicidade”, como definiu em *O Capital*. Enfim, Marx defendia não somente a redução da jornada de trabalho e várias reformas que poderiam acontecer ainda dentro do sistema capitalista, mas, sobretudo, defendia também a revolução social como único meio eficaz de superar a sociedade burguesa, o que denominou a “pré-história da civilização humana”.

Durante todo o período em que Marx se dedicou ao ativismo político, jamais defendeu a organização de uma corrente *marxista* no meio operário. Ao contrário, defendeu, como podemos ler no *Manifesto Comunista*, que os comunistas deveriam atuar “sempre, e em todas as partes, de todo movimento revolucionário que vai dirigido contra o regime social e político existente” e, em todas essas circunstâncias históricas, os “comunistas colocam de relevo como o problema fundamental o problema da propriedade, qualquer que seja a forma mais ou menos desenvolvida em que possa se apresentar” (MARX; ENGELS, 1988). Enfim, Marx preconizava que, considerando as circunstâncias diferentes de desenvolvimento capitalista que se verificavam em cada país da Europa, os comunistas, que na verdade eram os trabalhadores com maior grau de consciência, deveriam atuar junto aos movimentos políticos existentes sem, contudo, se confundir com eles. Atuar junto dos *cartistas*, por exemplo, impulsionando a luta ao tempo em que reivindicavam a desaparição da sociedade burguesa e não simplesmente melhorias no interior da ordem capitalista.

Marx desapareceu em março de 1883 e seu inseparável amigo, Friedrich Engels, morreu em 1895. Somente após a morte de Marx é que se começou a falar de maneira corrente em “marxismo” e cada qual entendia por “marxismo” aquilo que melhor lhe convinha. Por esta razão, é muito comum que, enquanto uma pessoa fala em “marxismo” para denominar a obra de Marx, outra entenda que o termo se refere às contribuições de Lênin, Trostky ou Mao que, muito mais tarde, se auto definiram como “marxistas”.

Organização de trabalhadores ingleses do final da década de 1830. Reivindicavam a agregação à Carta do Povo de mais 6 itens, dentre os quais se destacam o sufrágio universal masculino, o voto secreto e o fim do censo.

Creio que o caminho mais adequado é definir como “marxiana” a obra teórica e política de Marx, e como “marxista” a obra teórica e política de revolucionários como Lênin, Trotsky, Mao, Che Guevara, Fidel, Ho Chi Minh e Amílcar Cabral. Esta distinção é absolutamente importante para não permitir que essa definição fique submetida a uma razão de estado, qualquer que seja sua natureza, e que legitime, enquanto marxista, uma determinada política de governo.

Não seria a primeira vez que isso ocorre. Mesmo com autores que não são marxistas, o fenômeno se repetiu: os capitalistas invocaram Adam Smith como um precursor do capitalismo, mesmo que qualquer leitor atento da obra do escocês observe que o filósofo moral manteria distância do mundo dos monopólios... No entanto, não conseguiríamos captar a riqueza de Adam Smith se aceitássemos a hipótese dos capitalistas, que utilizaram sua legitimidade para defender interesses que estão absolutamente condenados em sua obra, *A riqueza das nações*. O mesmo ocorre com Marx, pois sua obra não autoriza que se legitime um regime como o soviético que, a despeito de enfrentar-se com o poderio dos Estados Unidos, por mais de setenta anos, não encontraria defesa possível nos principais escritos de Marx ou Engels.

Foi assim que observamos nascer um “marxismo latino-americano”, como afirmam Michel Löwy e Enrique Dussel, da mesma forma que Perry Anderson escreveu sobre a existência de um “marxismo ocidental”.

Recordo que um livro muito importante na África foi escrito por Walter Rodney, de óbvia inspiração marxista. O estadunidense Paul M. Sweezy escreveu uma obra dentro da tradição marxista que teve imenso impacto na conformação do marxismo latino-americano, e é possível dizer que foi um dos principais difusores da obra de Marx nos Estados Unidos. Também poderíamos mencionar Antonio Gramsci, o comunista italiano que, com imenso prestígio, era o defensor da perspectiva marxiana na Itália de Mussolini.

Enfim, em todas as regiões do planeta, a obra de Marx teve profundo impacto por uma razão que merece menção: ninguém como ele penetrou com sua crítica na lógica da acumulação capitalista e nos mecanismos de dominação político-ideológica da sociedade burguesa. Trata-se, obviamente, de um clássico do pensamento social do século XIX, que permanece com imensa vitalidade e assim permanecerá enquanto a sociedade que ele analisou – a sociedade capitalista – permanecer entre nós.

Saiba Mais



Para saber mais a respeito deste tema, consulte:

LÖWY, Michael. *O Marxismo na América Latina: Uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

DUSSEL, Enrique. *Hacia un Marx desconocido: un comentario de los manuscritos del 61-63*. México: Siglo XXI Editores, 1988.

ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. Edições Afrontamento, Porto: 1976.

SWEEZY, Paulo M. *Teoría del desarrollo capitalista*. 13 ed., México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

1.3 O MARXISMO LATINO-AMERICANO

Ainda que orientado por extrema cautela, quando mencionamos a existência do marxismo não pretendemos colocar a obra de Marx em uma redoma, longe do alcance das pessoas normais como todos nós. Não há razão para beatificar Marx! Sua teoria transformou-se em força viva quando o movimento operário europeu encontrou em seus escritos a chave para desvendar os mistérios da economia capitalista. É preciso dizer que essa “fusão” entre a teoria de Marx e o movimento operário europeu começou, curiosamente, por um dos países mais atrasados do continente europeu: a Rússia.

Lá existia uma tendência política denominada “populista” – que não tem qualquer conotação com o chamado “populismo” na América Latina – que leu e traduziu *O Capital* de Marx para o russo com grande interesse e repercussão. Essa relação mudou, inclusive, a visão de Marx sobre o capitalismo. Mas esta é uma história bastante rica e longa que não poderemos analisar aqui, embora constitua um grave erro simplesmente ignorá-la.

É por isso que devemos considerar a hipótese de um “marxismo latino-americano”. Não somente pelo simples fato de que vivemos aqui, mas, sobretudo, porque muitos intelectuais e forças políticas – que tiveram e possuem imensa influência nos países latino-americanos – construíram interpretações teóricas e políticas de nossas sociedades a partir da obra de Marx, com imensa originalidade.

No Brasil, a lista seria interminável, mas bastaria lembrar a influência de Marx no pensamento de sociólogos como Florestan Fernandes e de historiadores da talha de Caio Prado Júnior. Não há, por exemplo, como desconhecer a obra de um mineiro da estatura de Ruy Mauro Marini, que escreveu, a partir das categorias analíticas de Marx, um ensaio, só recentemente publicado em nosso país, intitulado *Dialética da Dependência*, que representa uma fonte ainda inesgotável de pesquisa sobre o destino do capitalismo no Brasil.

Saiba Mais

Para saber mais, você pode consultar: MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

Esse fenômeno – a utilização do método de Marx para a análise da realidade latino-americana – é, obviamente, bastante estendido em toda a América Latina. É por essa razão que podemos ler o livro de Luis Vitale sobre história do Chile ou a obra completa do boliviano René Zavaleta sobre o país andino, dentro do que aqui denominamos “marxismo latino-americano”.

Saiba Mais

Para saber mais, procure:

VITALE, Luis. *Interpretación marxista de la historia de Chile: de semicolonía inglesa a semicolonía norteamericana (1891 – 1970)*. Barcelona: Editorial Fontamara, 1980.

ZAVALETA, René. *Obras Completas, Los amigos del Libro*. La Paz: 1988.

De fato, a influência da obra de Marx sobre intelectuais que se dedicam à análise da realidade social latino-americana é bastante profunda e não respeita limites; afinal, podemos verificá-la na sociologia, na economia, na história, na antropologia, na geografia e, inclusive, na literatura.

Portanto, quando reconheço a existência de um “marxismo latino-americano”, refiro-me a este vasto campo de conhecimento que abarca inúmeras disciplinas universitárias e é, por excelência, controverso. Não se trata, pois, de uma corrente homogênea, dogmática; ao contrário, o marxismo latino-americano implica em extraordinária diversidade, com contribuições originais em vários aspectos da vida social que já possui um século de existência. É por isso que podemos encontrar dois economistas que se reivindicam marxistas discordando sob aspectos essenciais da crise atual: de um lado, poderemos encon-

trar argumentos que afirmam que a origem da crise está no subconsumo e, de outro, há aqueles que defendem ser esta uma crise de superprodução! Haverá argumentos para sustentar as duas hipóteses, certamente. Enfim, quando falamos em “marxismo”, ao contrário do que afirmam seus adversários, não estamos falando em comunhão de ideias.

Resumo da unidade:

Nesta unidade vimos:

- como as constantes e intrínsecas crises capitalistas resgatam a importância da análise desenvolvida por Karl Marx;
- o significado geral da crítica desse autor à economia política burguesa e o relativo desconhecimento sobre ele por parte dos intelectuais brasileiros;
- algumas das mais importantes contribuições à obra de Marx, sobretudo no que se refere aos temas da tecnologia e do meio ambiente;
- os reais objetivos da errônea associação entre os postulados presentes na obra marxiana e a dominação política na ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS);
- o conceito de marxismo e o papel desempenhado por Marx na tomada de consciência da classe trabalhadora;
- as raízes e a diversidade do marxismo latino-americano, a partir do desenvolvimento da perspectiva marxista pelo mundo.

Atividade de Aprendizagem – 1



- 1) Pesquise, além da apostila, as principais características das crises capitalistas e aponte os motivos que nos remetem a Marx sempre que o capitalismo evidencia sua fragilidade e instabilidade. Como Marx se posiciona em relação à propriedade privada e ao trabalho assalariado?
- 2) Pesquise a obra de algum autor marxista latino-americano e aponte:
 - a) Quais são suas principais obras.
 - b) Qual foi seu engajamento político.
 - c) Qual a principal contribuição que deu ao marxismo.
 - d) Qual a principal limitação de sua obra.





2

A CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA DE MARX

Nesta unidade você aprenderá sobre:

- a redução do papel do economista sob a dominação da teoria econômica neoclássica;
- o método da economia política de Marx;
- as fundamentais diferenças entre o método marxiano e o método hegeliano;
- o trabalho como categoria filosófica;
- teoria e História na perspectiva marxista.

2.1 A CRÍTICA MARXISTA E A FORMAÇÃO DO ECONOMISTA

Por que um economista do século XXI necessita ler Marx? Não está escrito em nenhuma parte ou código de comportamento da formação do economista que ele deve ser necessariamente ignorante. Um economista pode, e deve, ser culto. A redução da profissão, nos últimos anos, quase limitou nossa formação à de um mecânico que, no máximo, necessita dominar técnicas que, em determinado momento da profissão, deverão aplicar. Este enfoque tornou os economistas, em grande medida, inúteis e, certamente, menos importantes que os mecânicos. É certo que Marx chamou os economistas de “lacaio do capital”, observando que foi precisamente quando o capitalismo amadureceu como sistema – derrotando o mundo feudal europeu e afirmando seu domínio em escala planetária – que se formaram seus primeiros defensores. David Ricardo, o político inglês considerado pelo próprio Marx como o economista mais importante de seu tempo, é expressão contundente do fato de que ele se empenhou (como todos os demais depois dele) na defesa da ordem burguesa.

Por isso, desde uma perspectiva marxiana, não seria correto falar em economia marxista, embora a tradição assim tenha estabelecido para diferenciar a crítica marxista da economia política das demais perspectivas teóricas, especialmente da keynesiana e da neoclássica.

Mas, para não perder de vista o objetivo original traçado por seu autor, é preciso levar a sério o subtítulo da obra magna de Marx: *O Capital, crítica da economia política*. Essa perspectiva é importante porque, desde uma perspectiva marxista, o fundamental é a crítica do mundo estabelecido. Não sem razão, Bolívar Echeverría, o filósofo equatoriano radicado no México, recuperou aquilo que considera essencial na obra de Marx, ou seja, seu discurso essencialmente crítico.

Nesse sentido, a crítica marxista não está dirigida a buscar um equilíbrio deste sistema, mas revelar suas contradições insuperáveis dentro da lógica burguesa de acumulação. Por isso, a situação do economista não é cômoda, especialmente para aqueles que se definem no campo do marxismo. Afinal, a teoria de Marx é, antes de tudo, um instrumento potente para revelar que tanto o período de acumulação acelerada de capital quanto as fases críticas – quando este mesmo processo sofre interrupções que ameaçam destruir o próprio sistema capitalista – são fruto de contradições e antagonismos que não somente são insolúveis, mas que também exigem um enorme sacrifício humano, com destruição de milhões de vidas e da natureza. Enfim, Marx pretende revelar a irracionalidade do sistema capitalista ao revelar precisamente sua racionalidade implícita: a necessidade de acumular valor de maneira indefinida e os limites que o próprio capital e a natureza impõem a esta lógica de acumulação.

2.2 O MÉTODO DA ECONOMIA POLÍTICA

Nos *Grundrisse*, uma espécie de versão inicial de *O Capital*, Marx reservou algumas páginas para o que denominou o “método da economia política”. Considerando seus próprios escritos, nessas 10 páginas ele tentou sintetizar como procedia teoricamente na análise da realidade.

São textos de difícil leitura, mas, ao contrário da opinião que tenta obstaculizar a leitura e o estudo de Marx, não são textos de impossível compreensão. De resto, é preciso dizer que existe uma tentativa de fazer dos escritos de Marx algo inacessível aos “simples mortais” como nós. Esta tentativa de endeusamento de Marx pretende única e exclusivamente obstaculizar a leitura de um autor clássico das ciências sociais, além de absolutamente indispensável na formação do economista. Aqui, não podemos fazer mais do que um convite para que o estudante de economia busque por sua própria conta, e a partir de uma leitura sistemática, a adequada apreensão do método e da obra do maior crítico do capitalismo.

Por que pensamos como pensamos? A ingenuidade indica que fazemos as escolhas em nossas vidas e somos responsáveis por nossa sorte. Em geral, este reconhecimento está baseado quase exclusivamente em postulados de ordem moral, mas que são, obviamente, incapazes de explicar nossa posição diante da realidade e, mais importante, são insuficientes para explicar a própria realidade.

O homem não é aquilo que acredita ser. Enfim, como afirmou Marx, com humor ácido, “existia um homem esperto que pensou que os homens se afundam na água e se afogam simplesmente porque se deixam levar pela *idéia de gravidade*”. Ora, sabemos que a gravidade existe a despeito do que o homem pensa dela. Eis a questão com a qual todo cientista social se defronta: o mundo existe e possui leis que existem, a despeito de sua existência. **Como pesquisar e chegar a estas leis?**

Marx indica que todo cientista social deve partir do real e do concreto. Portanto, nossa pesquisa sobre o que é o Brasil e a América Latina pode começar pela população de um país. Porém, Marx adverte que esse procedimento útil se revela falso se não reconhecemos as classes sociais que compõem essa população. Tampouco nos basta reconhecer as classes, pois ainda estamos num terreno genérico, razão pela qual é importante avançar até identificar o “trabalho assalariado”, o “capital”, “os preços”, o “dinheiro”, etc. Este procedimento indica que o economista parte da situação concreta, real, e vai chegando até conceitos cada vez mais simples. Neste ponto, diz Marx, o economista retorna para analisar e chegar novamente em seu ponto de partida, ou seja, a população, que, agora, analisada com as categorias mais simples, já não se apresenta de forma caótica como inicialmente parecia.

De acordo com Marx, os economistas do século XVII começaram sempre pelo todo vivente, a nação, o estado, etc., para chegar a um determinado nível de relação abstrata geral, como a divisão social do trabalho, o valor, etc., até chegar à análise do estado, da troca entre as nações e do mercado mundial. Marx afirmou que este é o método científico correto. Contudo, ele avançou em relação aos economistas, porque reconheceu que o “concreto” é a “síntese de múltiplas determinações”, “unidade do diverso”. O “concreto” aparece no pensamento como síntese, como uma sorte de resultado e nunca como ponto de partida da análise, ainda que, na prática, o concreto é o ponto de partida.

No primeiro caminho, a representação do real se apresenta de maneira abstrata; no segundo, as determinações abstratas “conduzem à reprodução do concreto pelo caminho do pensamento”. Neste sentido, Marx realiza a crítica a Hegel, seu mestre desde os primeiros tempos, porque este “caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento”. Ao contrário desta ilusão,

o método que consiste em “elevar-se do abstrato ao concreto é para o pensamento somente a maneira de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um concreto espiritual”. Contudo, Marx adverte que:

[...] este não é de maneira alguma o processo de formação do concreto mesmo... O todo, tal como aparece na mente como todo do pensamento, é um produto da mente que pensa e que se apropria do mundo do único modo possível, modo que difere da apropriação deste mundo na arte, na religião, o espírito prático. (MARX, 1987, p.302).

Marx diz que as categorias simples:

[...] expressam relações nas quais o concreto não desenvolvido pode haver se realizado sem ter estabelecido ainda a relação ou vínculo mais multilateral que se expressa espiritualmente na categoria mais concreta; enquanto o concreto mais desenvolvido conserva esta mesma categoria como uma relação subordinada. (MARX, 1987, p.303).

O exemplo de Marx é bastante evidente ao afirmar que “o dinheiro pode existir e existiu historicamente antes que existisse o capital, antes que existissem os bancos, antes que existisse o trabalho assalariado”. Por isso, Marx afirma que:

[...] a categoria mais simples pode expressar as relações dominantes de um todo não desenvolvido ou relações subordinadas de um todo mais desenvolvido, relações que já existiam historicamente antes de que o todo se desenvolvesse no sentido expressado por uma categoria mais concreta. Somente então o caminho do pensamento abstrato, que se eleva do simples ao complexo, poderia corresponder ao processo histórico real. (MARX, 1987, p.303).

É nesse contexto que Marx registra um elogio a Adam Smith. Para Marx, o filósofo moral Adam Smith operou um gigantesco progresso teórico quando renunciou ao caráter específico da atividade criadora de riqueza e a considerou simplesmente como *trabalho*. Smith não considerou que o trabalho era comercial, agrícola ou industrial, mas apenas como *trabalho em geral*. De fato, na *Riqueza das Nações*, Smith observa que, embora o trabalho seja a medida de valor, é muito comum que na troca se compare um artigo com outro e não com o trabalho.

O escocês sublinha que a maior parte das pessoas entende melhor o que quer dizer uma quantidade de mercadorias e não uma quantidade de trabalho. A primeira é um “objeto tangível enquanto a segunda é uma noção abstrata, que ainda sendo bastante tangível, não é tão natural e óbvia” (SMITH, 1990, p.32 – 33). Eis a razão do elogio de Marx a Smith: o trabalho mereceu a condição de “quantidade abstrata”, longe de sua materialidade mundana que consegue confundir os homens no mundo das trocas.

A virtude se encontra no fato de que, naquela sociedade, o trabalho se converteu não somente como categoria, mas como meio de criar a riqueza social, dei-

xando de ser uma particularidade de um determinado indivíduo. “Este estado de coisas [adverte Marx] alcança seu máximo desenvolvimento na forma mais moderna da sociedade burguesa, nos Estados Unidos”. De maneira mais clara ainda, Marx afirma: “Assim, pois, a abstração da categoria ‘trabalho’, o ‘trabalho em geral’, o trabalho *sans phrase*, que é o ponto de partida da economia moderna, resulta por primeira vez praticamente certa” (MARX, 1987, p.307).

Há outra implicação metodológica nesta argumentação marxiana. É preciso trabalhar com muito cuidado a relação entre *teoria e história*. Marx adverte que “seria impraticável e errôneo alinhar as categorias econômicas na ordem em que foram historicamente determinantes”. O dinheiro existiu antes da sociedade burguesa, obviamente, mas é nela que expressa o fetichismo da mercadoria como em nenhuma outra, porque precisamente na sociedade burguesa fica evidente para a análise marxiana o trabalho como origem da riqueza. É neste momento que podemos perguntar: **o que o dinheiro representa senão o valor? E o que é valor, senão uma quantidade abstrata de trabalho, completamente desligado de suas particularidades imediatas?**

O debate sobre o método marxista é sem dúvida difícil e, ao mesmo tempo, estimulante. Existe uma quantidade imensa de livros destinados a elucidar esta importante e estratégica questão. Marx não nos deixou um livro sobre as crises, mas é possível encontrar uma teoria das crises em sua obra. Da mesma forma, não existe um livro, ou mesmo um capítulo sequer, sobre o método de Marx, mas é possível, ao longo de toda sua obra – especialmente na leitura de *O Capital* –, encontrar apontamentos metodológicos de primeira importância para a compreensão do método marxista e para a formação do economista no mundo contemporâneo.

Saiba Mais

Sobre o tema do método, existe uma ampla bibliografia. Menciono, a seguir, alguns trabalhos que me parecem indispensáveis para um estudo mais aprofundado a respeito:

SILVA, Ludovico. *Anti-manual para uso de marxistas, marxólogos y marxianos*. 3 ed. Caracas: Monte Ávila Editores, 1979. *El Capital. Teoria, estrutura y método*, Obra em 4 tomos com vários autores. División de Estudios de Posgrado de la Facultad de Economía de la UNAM, Selección y prólogo de Pedro López Díaz, México, 1983.

MANDEL, Ernest. *Introdução ao marxismo*. Porto Alegre: Editora Movimento, 1978.

GROSSMANN, Henryk. *La ley de la acumulación y del derrumbe del sistema capitalista*. 2. ed. México: Siglo XXI Editores, 1984.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Autor de uma obra ainda desconhecida do grande público brasileiro, e mesmo dos especialistas, Ludovico Silva, este extraordinário pensador venezuelano, supunha que o grande objetivo de Marx era a elaboração de uma teoria da alienação. Seguindo esta pista, Ludovico escreveu três livros nesta direção com resultados magníficos, muito superiores a autores marxistas europeus que também trabalharam o tema e que, não obstante, estão, inclusive, traduzidos ao português.

Palavra do Professor



Não deixa de ser uma demonstração contundente de eurocentrismo o fato de que uma obra tão fecunda e tão ampla, como a de Ludovico Silva, ainda não tenha encontrado sequer um editor brasileiro disposto a divulgar entre nós a obra do venezuelano que é, sem dúvida alguma, muito superior à de muitos europeus que gozam de boa saúde em nossas editoras. A esse respeito, recomendo que vocês vejam as obras:

La alienación como sistema. La teoría de la alienación en la obra de Marx, Alfadil Ediciones, Caracas, 1983.

Marx y la alienación, MonteAvila Editores, Caracas, 1974. *La alienación en el joven Marx*, Editorial Nuestro Tiempo, 1979, México.

Resumo da unidade:

Nesta unidade vimos:

- como se deu, nas últimas décadas, a redução do papel intelectual do economista, a despeito da fundamental importância de um posicionamento crítico e da contribuição de Marx e de sua crítica à economia política.
- em que consiste o método do concreto pensado de Marx, apresentado no texto *Grundrisse* (embora presente em toda a extensão de *O Capital*), e tomamos conhecimento de seu materialismo dialético como inversão e superação epistemológica da dialética hegeliana.
- que, não obstante as importantíssimas contribuições de Marx ao estudo social, político e econômico, o endeusamento desse autor corresponde a uma tentativa de mascarar, fetichizar e mesmo dificultar o acesso à sua obra.
- como se formam, a partir da concepção do trabalho como categoria filosófica (conceito decorrente do método de Smith e apropriado por Marx), as principais categorias marxianas, como valor e alienação. Sobre esta, aliás, fomos remetidos à obra do filósofo latino-americano Ludovico Silva, em especial seu livro *Anti-Manual Para Uso de Marxistas, Marxólogos e Marxianos*.

Atividade de Aprendizagem – 2



- 1) Descreva, justificada e detalhadamente, como vem ocorrendo nos últimos anos a redução do papel do economista. Aponte os efeitos de uma formação apolítica, a-histórica e afilosófica, centrada em modelos matemáticos e distantes da realidade. Analise que interesses motivaram essas reformas pró-mercado na formação do economista e identifique o papel da economia marxista na reversão dessa tendência alienatória.
- 2) Descreva o método marxiano, presente em toda a obra *O Capital* e apresentado formalmente em *Grundrisse*, e identifique qual a importância do método para o estudo da realidade. Quais as principais categorias do materialismo dialético de Marx?





3

A TEORIA DO VALOR

Nesta unidade você vai ver:

- a Teoria do Valor-Trabalho de Marx;
- a Teoria da Mais-Valia e as formas de extração de mais-valia;
- o fetiche do salário na produção capitalista;
- as diferenças e relações entre Valor e Preço;
- as partes que constituem o capital: o capital constante e o capital variável.

3.1 AS TRÊS FONTES DE MARX E A TEORIA OBJETIVA DO VALOR

Marx foi, antes de qualquer outra classificação, um atento e voraz leitor. Conheceu em profundidade a filosofia alemã no mundo universitário de seu país natal, antes de ser expulso dele. Depois, estudou minuciosamente o socialismo francês e seus teóricos, e dedicou especial atenção à Comuna de Paris. Finalmente, Marx estudou a economia política inglesa – Adam Smith e David Ricardo – mas também dedicou tempo e minuciosa atenção aos fisiocratas franceses e a uma enorme quantidade de autores ingleses, vários deles atualmente desconhecidos e muitos outros anônimos.

Marx, como atento leitor que era, também aproveitou a obra de autores que não guardam qualquer relação com o que denominaríamos atualmente “marxismo”, mas que foram fundamentais para sua evolução teórica e política. Bernard de Mandeville, que mereceu elogio nas páginas de *O Capital*, autor da *Fábula das Abelhas*, certamente ajudou Marx na compreensão materialista da história. Thomas Hodgskin, que escreveu, antes de Marx iniciar sua mais importante obra, um livro que é um clássico sobre a violência do capital sobre o trabalho, também aparece nas leituras e na força do discurso crítico do autor.

Em vida, Marx publicou apenas o *Tomo I* de sua obra magna. Foi seu amigo Fredrich Engels quem publicou, muitos anos após a sua morte, os dois outros tomos, que atualmente conhecemos como *O Capital*. Ainda que tal

fato seja motivo de controvérsia, a edição preparada por Engels foi cercada de todos os cuidados, pois aquele que era considerado outro gênio do socialismo científico, e quem de fato chamou a atenção de Marx para o tema decisivo da economia, tratou de fazer uma edição que respeitasse minuciosamente os escritos que ficaram sob sua responsabilidade após a morte do alemão.

O primeiro volume de *O Capital* trata, pois, do processo de produção do capital. O segundo volume leva o subtítulo de *O processo de circulação do capital*, enquanto o terceiro volume, que somente agora começa a ter reconhecido seu imenso valor, é denominado *O processo global de produção capitalista*. O Tomo I é o mais conhecido, não apenas pelo fato de que foi o único publicado em vida pelo próprio Marx, mas pelo fato de que nele está contido um conjunto de definições, conceitos e relações que o tornam indispensável para uma boa formação em economia.

Um economista que ignore Marx certamente padecerá de insuficiências intelectuais notórias, assemelhando-se muito mais a um técnico do que a um cientista social. Os demais volumes – ou seja, o Tomo II e o Tomo III – de *O Capital*, assim como as *Teorias da mais-valia*, livro reconhecido como Volume IV, foram todos publicados após sua morte. Mas não devemos ter uma leitura apressada da situação: Marx não publicou, mas deixou o trabalho bastante avançado, e todos sabemos hoje o quanto o alemão resistia para publicar um livro em função do estilo literário refinado que observamos ao longo de sua obra.

Saiba Mais



Foi Ludovico Silva, o grande marxista latino-americano citado anteriormente, quem chamou a atenção para este aspecto decisivo da obra de Marx em um genial livro, lamentavelmente não traduzido ao português:

SILVA, Ludovico. *El estilo literário de Marx*. 3. ed. México: Siglo XXI Editores, 1978.

No Brasil, a maior parte da obra de Marx ainda não foi sequer traduzida, razão pela qual é bastante comum que os “críticos” dele jamais tenham lido as obras decisivas que conformam seu pensamento.

Marx adotou a divisão de valor em **valor de uso** e **valor de troca**. Toda mercadoria possui um valor de uso e, a despeito deste, um valor de troca. Mesmo quando uma pessoa busca uma mercadoria em função do uso que pretende, ela também realiza o seu valor de troca, ou seja, quando compra um copo para

tomar água, termina realizando o valor de troca que se encontra “embutido” neste copo e que independe deste valor de uso. Esta divisão já estava presente em Adam Smith e, portanto, não se trata de uma novidade teórica; mas a articulação que ganhará na teoria do valor de Marx terminará por dar um conteúdo qualitativamente diferente para ela.

A teoria do valor é o centro da obra de Marx. Foi a partir de um profundo conhecimento da economia política inglesa que Marx chegou a sua *teoria objetiva do valor*. Não por acaso, Marx escreveu três tomos inteiros sobre a evolução histórica e reservou comentários críticos sobre inúmeros autores que trataram da teoria do valor através dos tempos. É claro que sua atenta leitura de Smith e, principalmente de David Ricardo, permitiu a solução das debilidades teóricas e os limites ideológicos que aqueles dois pensadores não lograram ultrapassar. As limitações teóricas de Smith e David Ricardo são determinadas historicamente; a despeito da grande inteligência de ambos, eles foram incapazes de observar os fenômenos analisados por Marx porque, em grande medida, não viveram o mundo capitalista na plenitude, especialmente Smith. Este, como sabemos, era, antes de tudo, um filósofo moral que salientou a importância da divisão social do trabalho como fonte da riqueza social. Ricardo, que Marx considerou o “mais importante economista de nosso tempo”, defendia claramente um projeto burguês de sociedade e se esforçou como teórico e político (foi parlamentar) na defesa de uma sociedade cuja hegemonia estaria assegurada pela burguesia industrial.

O livro mais conhecido de Smith – não o mais importante para ele próprio, ainda que mais admirado pelos economistas – começa analisando a divisão social do trabalho. David Ricardo publicou seu *Princípios de Economia Política e Tributação* em 1817 e abre sua análise com a teoria do valor, precisamente porque a divisão social de trabalho, que tanto chamou a atenção de Adam Smith, já estava completamente consolidada. Contudo, mesmo defendendo os interesses das classes dominantes, especialmente da burguesia industrial, a teoria do valor de David Ricardo recebeu ácidas críticas e jamais foi incorporada pelos economistas. A razão é óbvia: a aceitação da teoria do valor-trabalho desenvolvida por David Ricardo indicava claramente que a origem da riqueza era o trabalho das grandes massas que começavam a ser empurradas para a grande indústria. No entanto, nas mãos de Marx, a teoria do valor de Ricardo ganhou tal coerência e importância que não podemos simplesmente afirmar que se trata de uma continuidade, tamanho foi o salto de qualidade que conquistou com a apurada análise do alemão.

Mas não devemos esquecer que a principal contribuição teórica de Ricardo, redefinida por Marx, jamais gozou de popularidade na Inglaterra. Logo após a morte de Ricardo, ninguém mais se ocupou da teoria do valor em um país que se tornava rapidamente *a oficina do mundo*. Foi somente em 1864, quando Marx publicou o primeiro livro de *O Capital*, que o debate acerca da teoria do valor voltou com força no meio operário e no incipiente movimento socialista. Da mesma forma, a revanche da chamada teoria econômica – que Marx chamava de “economia política” – contra a teoria objetiva do valor somente retomou força a partir de 1870 pelas mãos de Karl Menger, considerado por muitos o pai da teoria subjetiva do valor.

A teoria subjetiva do valor ignora por completo essa determinação objetiva de Marx e insiste que o valor de uma mercadoria qualquer está dado pelo “jogo da oferta e da demanda” e que, finalmente, quem decide o valor de uma xícara de porcelana ou de um automóvel, é o consumidor. O valor, neste caso, não está determinado no momento da produção, mas, ao contrário, será determinado pela “lei da oferta e da procura” quando for vendida, ou seja, naquilo que os defensores chamam de “mercado”.

Marx começou sua análise com a mercadoria. Ele identificou aquilo que denominou a “dualidade do trabalho”, ou seja, foi o primeiro a expor de maneira crítica a natureza bifacética do trabalho, contida na mercadoria. É preciso sublinhar este fato. A distinção entre valor de uso e valor de troca pode ser encontrada em Adam Smith, por exemplo. Mas, na obra do escocês, esta dualidade não está articulada a partir da teoria do valor, embora o mesmo Smith fale sobre “trabalho abstrato” no seu *A riqueza das nações*.

Por que Marx começou sua obra com a análise da mercadoria? Para elucidar, de maneira definitiva, as perguntas não respondidas feitas por Smith e Ricardo: identificar a origem da riqueza. Para Marx, “a riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista se apresenta como um ‘enorme acúmulo de mercadorias’” (MARX, 1987, p.43). Ele afirma que “à primeira vista, uma mercadoria parece ser uma coisa trivial”, mas logo revelará que esta é apenas a aparência das coisas, não refletindo, portanto, sua essência. Esta dificuldade de saber o que realmente é uma mercadoria, Marx chamou de “fetichismo da mercadoria”. Como sabemos, ele foi um discípulo do filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel e são conhecidas as polêmicas acerca de sua fidelidade ou não à dialética hegeliana. Mas, para efeito de nossa apresentação, é importante dizer que o “fetichismo da mercadoria” sai diretamente da obra do filósofo idealista através do próprio Marx.

Com efeito, Hegel desenvolveu uma filosofia da história universal – *Lições sobre a filosofia da história universal* – que marcou profundamente Marx e que, nas mãos deste, sofreu importante transformação qualitativa. É precisamente nesse texto que podemos observar o que o filósofo pretendia com a expressão “fetichismo”. Hegel analisava os fundamentos geográficos da história universal quando se deparou, na África, com uma particular relação homem-natureza e a consciência que o homem tem de si mesmo e o que ele denominou um “estado de inocência”, ou seja, a unidade do homem com Deus e com a natureza. Portanto, ao analisar o desenvolvimento da África enquanto parte de uma história universal, Hegel observa a importância da religião para os povos africanos como parte da relação entre o homem e a natureza. Os sacerdotes, por exemplo, tinham poder sobre a natureza em função dos recursos da feitiçaria e do poder que esta exercia sobre os demais membros de uma tribo ou comunidade. Hegel define o que entende por fetiche:

O segundo momento de sua religião consiste em que se forjam intuições de seu poder, situando-se fora de sua consciência e fazendo imagens dele. De uma coisa qualquer figuram-se que tem poder sobre eles e convertem-na então em gênio; são animais, árvores, pedras, figurinhas de madeira. Os indivíduos adquirem estes objetos dos sacerdotes. Este objeto é então o fetiche, palavra que os portugueses colocaram em circulação que procede de *feitiço*. Aqui, nestes fetiches, disse-se no momento em que aparece a independência frente ao capricho dos indivíduos. Mas como esta mesma objetividade não é outra coisa que o capricho individual que se intui a si mesmo, resulta que este capricho conserva sempre poder sobre suas imagens. (HEGEL, 1997, p.186)

É clara a utilização que Marx faz do conceito hegeliano para desvendar o segredo da mercadoria que é, ao mesmo tempo, o segredo da produção capitalista e a origem de toda riqueza: o valor-trabalho. Na verdade, Marx quer elucidar o fato de que o segredo da mercadoria – seu valor – deriva do fato de que ela é exclusivamente produto do trabalho humano. Contudo, sob condições capitalistas de produção, o trabalhador não reconhece o valor da mercadoria como fruto de seu trabalho. Ao contrário, é comum que atribua o valor da mercadoria que produz com suas mãos, portanto, fruto de seu suor e esforço, à máquina ou à astúcia do capitalista em montar o negócio, mas jamais ao seu próprio trabalho. Marx também lança mão da religião para elucidar o tema. No mundo religioso, nos diz Marx:

[...] os produtos da mente humana parecem figuras autônomas, dotadas de vida própria, em relação uma com as outras e com os homens. Outro tanto ocorre no mundo das mercadorias com os produtos da mão humana. A isto denomino o fetichismo que se adere aos produtos do trabalho não bem se os produz como mercadorias, e que é inseparável da produção mercantil. (MARX, 1987, p.89)

É por essa razão que o segredo da mercadoria somente pode ser revelado na análise da natureza social do trabalho que produz a mercadoria.

Nesse contexto, é claro que não podemos ignorar as razões pelas quais os homens foram historicamente destituídos dos meios de produção, ao ponto de não possuírem outra alternativa a não ser a de se vender como força de trabalho para o primeiro capitalista que aparecesse. É claro que, para que o homem não possua mais alternativa além de se vender como força de trabalho, deveríamos considerar o longo desenvolvimento histórico no qual foram separados dos meios de produção. Marx elucida, com grande riqueza de detalhes, este aspecto fundamental de sua teorização recorrendo às lições da história, quando demonstra como ocorreu o que denominou de “acumulação originária”, ou seja, aquele longo processo histórico marcado pela violência contra os camponeses, que foram gradualmente retirados da propriedade da terra na Europa até a formação do mercado mundial, que, para ele, se configura a partir do processo de conquista europeia da América:

O descobrimento das minas de ouro e prata, o extermínio, escravização e soterramento nas minas da população nativa, a conquista e o saque das Índias Orientais, a transformação da África num espaço reservado para a caça comercial de peles negras, caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Estes processos idílicos constituem *fatores fundamentais da acumulação originária*. (MARX, 1987, p.939)

É nesse contexto que Marx indica algo fundamental. A despeito de qualquer consideração de ordem moral, os trabalhadores passam a ser considerados apenas como *força de trabalho* e a determinação de seu valor é idêntica à determinação do valor de qualquer outra mercadoria: vale exatamente a quantidade de valor necessária para sua produção. Nas palavras de Marx:

O valor da força de trabalho, a exemplo de outra mercadoria qualquer, se determina pelo *tempo de trabalho necessário* para a produção, portanto, também para a reprodução, deste artigo específico. Na medida em que é valor, a força de trabalho mesma representa uma quantidade determinada de trabalho médio social *objetivado* nela... Portanto, o tempo de trabalho necessário para a produção da força de trabalho se resolve no tempo de trabalho necessário ou, dito de outra maneira, o *valor da força de trabalho* é o *valor dos meios de subsistência necessários* para a conservação do possuidor daquela. (MARX, 1987, p.208)

Há, contudo, uma pequena diferença que não podemos deixar de sublinhar.

No caso da força de trabalho, o valor da mercadoria implica na consideração de um elemento que Marx denomina “histórico-moral”, ou seja, um conjunto de exigências necessárias à reprodução da força de trabalho está dado por um montante de meios de subsistência necessários à época em que o trabalhador produz valor. O valor mínimo da força de trabalho está determinado, pois, por uma quantidade mínima de bens sem os quais o homem não pode renovar seu processo vital. Caso a remuneração da força de trabalho seja abaixo deste mínimo, histórica e moralmente determinado, a força de trabalho se manterá e desenvolverá sob uma forma atrofiada.

Segundo Ruy Mauro Marini, isso é precisamente o que ocorre na periferia capitalista, especialmente nos países latino-americanos.

Por outro lado, é igualmente importante observar que os trabalhadores não possuem controle sob o processo de trabalho, precisamente porque se apresentam no processo capitalista de produção de mercadorias, unicamente como vendedores de sua força de trabalho. O controle completo do processo de trabalho é dos capitalistas e não resta aos trabalhadores senão o recurso à “mão rebelde do trabalho”, ou seja, a resistência política à introdução de tecnologia, às formas distintas que os capitalistas pretendem organizar o processo e, finalmente, a luta por melhores salários. Isso significa que o trabalhador, quando vende sua força de trabalho, realiza seu valor de troca e aliena completamente seu valor de uso, de tal forma que o capitalista pode organizar o processo de trabalho para arrancar uma massa sempre crescente de valor.

3.2 A TEORIA DA MAIS-VALIA

Uma vez estabelecida a teoria objetiva do valor-trabalho, Marx aprofunda sua análise em direção a outro conceito fundamental: refiro-me ao conceito de mais-valia.

Para chegar a este ponto, é decisivo perceber o *processo de trabalho* e o *processo de valorização* que, sob condições capitalistas de produção, passam a ser um processo de valorização do valor. A jornada de trabalho também tem aqui um papel decisivo, porque, no processo de trabalho, a duração dessa jornada se divide entre uma parte necessária para a reprodução da força de trabalho – ou seja, o tempo necessário (TN) – e aquela que o capitalista se apropria gratuitamente – ou seja, o tempo excedente (TE).

Todo conflito existente entre patrão e empregado se resume, em última instância, à luta pelo tempo excedente. Ou seja, enquanto o trabalhador se esforça no sentido de aumentar o tempo de trabalho necessário, o capitalista organiza o processo para aumentar o tempo de trabalho excedente. É neste contexto que a produção capitalista não é somente produção de mercadorias, mas, sobretudo, produção de valor e, especialmente, de mais-valia.

O que Marx denomina “mais-valia” nada mais é do que o trabalho excedente, aquela parte do tempo que, em função do controle que o capitalista exerce sobre o processo de trabalho, ele pode dispor da maneira que bem lhe aprouver e a única forma de resistência que o trabalhador pode oferecer é aquela representada pela organização política sindical no interior da fábrica e do grau de consciência e organização que ele tiver.

Marx define assim as duas vias de extração de mais-valia:

Denomino mais-valia absoluta aquele produzido mediante o *prolongamento* da jornada de trabalho; pelo contrário, aquele surge da *redução* do tempo de trabalho necessário e da conseguinte mudança na *proporção da magnitude* que media ente ambas as partes componentes da jornada de trabalho, denomino mais-valia relativa. (MARX, 1987, p.383)

Nesse contexto, torna-se importante assinalar que toda a produção capitalista repousa sobre a mais-valia absoluta, porque supõe a existência de uma determinada duração da jornada de trabalho que o capitalista sempre supõe a mais longa possível. Lamentavelmente, tem sido uma interpretação comum supor que, na medida em que o desenvolvimento capitalista avança, o capital explora cada vez menos os trabalhadores, de maneira que a via prioritária seria a de extração de mais-valia relativa.

Alguns autores desatentos passaram a indicar que a extração da mais-valia absoluta dominava o capitalismo nas fases iniciais de acumulação e, na exata medida em que os empresários lançavam mão de novas tecnologias e aceitavam a organização sindical dos trabalhadores, o capitalista começaria a extrair mais-valia relativa. Nada mais falso! As duas vias de extração de mais-valia permanecem em todas as fases da acumulação de capital e, ainda hoje, caso fosse possível politicamente, não haveria dúvidas de que os empresários aumentariam a jornada de trabalho para além das 8 horas semanais.

Mas você poderá perceber que em nossa sociedade é bastante frequente que um empresário exija dos trabalhadores, em especial nos períodos em que os sindicatos por alguma razão estejam débeis, que eles façam hora-extra, ou seja, que ampliem a jornada de trabalho para além das 8 horas diárias. Portanto, a

resistência do capitalista à redução da jornada de trabalho é feroz, e quando ele aceita esta possibilidade, como vem ocorrendo no Brasil desde o final de 2008, é porque o capitalista pretende, na verdade, a diminuição do salário. Observem como, depois da eclosão da grande crise capitalista de setembro de 2008, as empresas multinacionais primeiro deram férias coletivas, para depois impor aos sindicatos a “redução da jornada com a redução dos salários”, porque se tornou impossível vender as mercadorias produzidas. Ora, se trata, na verdade, de diminuir o salário!

O desenvolvimento da força produtiva do trabalho, portanto, passa a ser importante tanto para o capitalista individual quanto para todos os capitalistas em geral, pois permitirá que eles “diminuem a parte da jornada de trabalho na qual o operário tem que trabalhar para si próprio e, precisamente por isso prolongar a outra parte da jornada de trabalho, na qual aquele trabalha gratuitamente para o capitalista” (MARX, 1987, p.390).

Quando aceitamos a formulação marxiana, todas as categorias da economia política mudam radicalmente de sentido. O leitor poderá observar agora, uma vez estabelecidas as bases da teoria marxista do valor-trabalho, o que significaria o salário e verificar que podemos superar completamente a visão ingênua que muitos trabalhadores ainda alimentam em relação ao seu mundo. É muito comum que os trabalhadores, quando entram em greve, afirmem que estão lutando por um “salário justo”, fazendo um juízo moral da produção capitalista. Ora, desde a perspectiva marxiana, a defesa de um “salário justo” é impossível!

O salário é uma categoria fantasmagórica, anuncia Marx. Este caráter fantasmagórico se justifica precisamente porque o trabalhador alienado não sabe que o salário é a expressão monetária de apenas uma parte da jornada de trabalho, aquela parte que Marx denominou de trabalho necessário (TN). Um “salário justo” seria exatamente dado por aquela situação em que o trabalhador receberia todo o produto de seu trabalho. No entanto, nós sabemos que, sob condições capitalistas de produção, esta situação é impossível, porque se trata precisamente de uma situação em que o capitalista se apropria gratuitamente de uma parte do tempo de trabalho (do operário) que, em troca, nada recebe.

Por essa razão, podemos compreender por que os capitalistas resistem diante do protesto operário ou da resistência dos trabalhadores no processo de produção. Quando os trabalhadores resistem, por exemplo, à introdução de novas tecnologias, que redefinem o processo de trabalho e implicam na ampliação da mais-valia relativa, estão, na verdade, resistindo a maiores taxas de mais-valia. Observe também como a diferença entre “trabalho” e “força de trabalho” passa a ser essencial: trabalho, sob condições capitalistas de produ-

ção, significa, antes de qualquer coisa, o produto do trabalho produzido pelos operários, enquanto que “força de trabalho” é a capacidade de produzir que o operário vende ao capitalista que é proprietário dos meios de produção.

O salário faz desaparecer completamente a divisão da jornada de trabalho entre o trabalho necessário e a mais-valia, entre o trabalho pago e o trabalho não pago. Muito pior: todo o trabalho aparece como trabalho pago. Eis a razão pela qual a teoria do valor de Marx desperta tanto o ódio dos economistas que defendem o capitalismo, porque, se aceitamos esta formulação, podemos comprovar cientificamente as raízes da exploração capitalista e a ilegitimidade da sociedade baseada na exploração da força de trabalho. É também nesse contexto que devemos entender o significado histórico da expressão “trabalho livre”.

Na sociedade feudal europeia, por exemplo, os trabalhadores estavam atrelados aos proprietários de terra por múltiplos laços de dependência. Eles não podiam, por exemplo, trabalhar para quem quisessem. Na sociedade capitalista, ao contrário, todo trabalhador pode vender sua força de trabalho para quem bem entender, sendo, portanto, “livre”. Mas é claro que – sob a forma de trabalho assalariado que Marx não vacilou em chamar de “escravidão moderna”, embora não possua as dependências verificadas na sociedade feudal – o trabalhador não pode senão vender sua força de trabalho para o capital, se quiser manter-se vivo.

Esta condição é produto de um longo processo histórico e, segundo Karl Polanyi (1992), o capitalismo somente se estabeleceu plenamente quando as Leis dos Pobres foram abolidas na Inglaterra, em 1834 e, finalmente, o mercado de trabalho se impôs de maneira definitiva. A Lei dos Pobres, vigente desde 1662, segundo Polanyi, funcionava como uma sorte de código do trabalho que garantia a todo inglês o direito à vida, de tal forma que podiam renegar ao trabalho e tinham assegurado o pão. Sua eliminação não significou uma medida qualquer, pois, na prática, obrigava o trabalhador à submissão a qualquer tipo de situação e criava o que hoje denominamos “mercado de trabalho”. É por essa razão que Polanyi argumenta que o capitalismo, tal como atualmente o conhecemos, começou, de fato, quando os trabalhadores perderam o direito à vida e não tiveram alternativas, senão vender sua força de trabalho para garantir sua existência.

Mesmo quando os empresários anunciam, orgulhosos, que a produtividade do trabalho está aumentando em vários setores da produção capitalista, não deveria haver motivo para alegria dos trabalhadores. Qual a razão? Ora, na exata medida em que os patrões dominam o processo de produção, todo o aumento de produtividade deverá permanecer sob o controle dos capitalis-

tas. Os meios necessários para que o aumento de produtividade do trabalho chegue ao trabalhador, deveriam ser ou a redução da jornada de trabalho ou o aumento do salário. É claro que o proprietário dos meios de produção revelará extraordinária resistência diante de toda e qualquer manifestação dos trabalhadores destinada a ficar com parte deste aumento da produtividade. E, como disse o próprio Marx, o capitalista gritará em alto e bom som que “a produtividade do trabalho não é, em absoluto, assunto que incumba ao trabalhador” (MARX, 1987, p.682).

3.3 O SALÁRIO

A potência analítica de Marx aparece quando ele opera a diferença entre o trabalho e a força de trabalho. Esta, obviamente, é muito mais importante, porque se refere a uma determinada capacidade produtiva. A segunda, ou seja, o trabalho, está representada por uma quantidade de mercadorias que é precisamente produto da primeira, da força de trabalho.

A forma salário, diz Marx, elimina todo o rastro da divisão da jornada de trabalho entre o trabalho necessário e a mais valia, entre o trabalho pago e o trabalho não pago. Somente assim podemos entender porque Marx indica que o salário é uma categoria fantasmagórica, ou seja, repleta de mistérios que nem mesmo o trabalhador consegue entender, se não lança mão da crítica da economia política. Esse enunciado pretende, obviamente, revelar porque o salário aparece para o trabalhador, e nas normas jurídicas burguesas, como expressão do trabalho realizado quando, na verdade, não passa da remuneração de uma parte do trabalho efetivamente realizado.

Marx queria demonstrar que o proprietário dos meios de produção não paga o valor da força de trabalho, mas apenas o de sua função, ou seja, o trabalho mesmo. Esta demonstração somente se torna possível quando separamos **trabalho** de **força de trabalho**, a despeito da forma histórica que esta remuneração adquira, ou seja, se o salário é pago por tempo ou por tarefa. **E como se determina o salário sob condições capitalistas de produção?** Ora, o capitalista paga ao trabalhador somente uma quantidade de bens necessários para que este possa voltar ao processo de produção em condições físicas para retomar a jornada de trabalho e completamente apto para a produção de valor.

É claro que isso implica em remunerar o trabalhador para que ele e sua família se reproduzam, razão pela qual, o estado impõe limitações legais à exploração capitalista. Mas não há que se iludir a respeito, pois estas limitações legais são essencialmente um produto da luta dos trabalhadores contra as pretensões sempre descabidas do capital. O capital não limitou a jornada de trabalho. Foram as históricas lutas dos trabalhadores que conseguiram diminuir a extensão da jornada de trabalho.

É também nesse contexto que Marx faz um belíssimo relato histórico sobre a implantação da legislação fabril, que foi gradualmente efetivada na Inglaterra durante um século. Aliás, Marx anotou, em 1864, “que nenhum período da sociedade moderna era tão propício para o estudo da acumulação capitalista como aquele que abarca os últimos vinte anos” (MARX, 1987, p.808). É justamente na análise desse período que Marx encontra a lei geral da acumulação capitalista, ou seja, “quanto maior for a riqueza social, o capital em função, o volume e o vigor de seu crescimento e portanto, também, a magnitude absoluta da população operária e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será a superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva” (MARX, 1987, p. 803). Isto é, para Marx a riqueza vem, necessariamente, do trabalho, e o fato de ela coexistir em tempo e espaço com a miséria humana não é um limite ao capitalismo, mas a sua própria condição de desenvolvimento.

3.4 VALOR E PREÇO

Entre os supostos metodológicos estabelecidos por Marx, devemos sublinhar aquele em que ele iguala valores e preços.

O preço é sempre a expressão monetária do valor. E o valor está sempre determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessária contida em determinada mercadoria.

Esse procedimento metodológico estabelecido por Marx não ignora o fato de que, na realidade, valores e preços raramente coincidem. Portanto, se queremos saber por que os preços variam, devemos, em primeiro lugar, saber como se determinam. A teoria do valor-trabalho responde precisamente a esta crucial questão. Na medida em que estabelece o valor, poderá explicar também

a variação do preço, ou seja, identificar as razões pelas quais este se afasta do valor, sofrendo variações acima ou abaixo daquele.

A “explicação” oferecida pela teoria neoclássica não escapa, em última instância, da famosa “lei da oferta e da demanda” que, obviamente, não resiste à análise mais rigorosa. Quando um economista não sabe explicar um fenômeno qualquer ou, precisamente, quando pretende ocultar a natureza de um acontecimento, sempre lança mão da “lei da oferta e da demanda”. Neste caso, o valor de uma mercadoria está dado, na prática, por um sistema de preferências, de tal forma que o valor de uma mercadoria não depende da quantidade objetiva de trabalho contida na sua produção, mas é efeito das preferências dos consumidores, do valor de uso que pretendem dar a elas. Assim, se um guarda-chuva é produzido, seu preço não estaria dado pela quantidade de trabalho objetivada em sua produção, mas pelo regime de chuvas, ou seja, pela necessidade que muitas pessoas passam a ter, se vivem em um país ou região em que a chuva é mais ou menos permanente. A chuva abundante elevará o preço do guarda-chuva, enquanto sua desapareção diminuirá imediatamente o seu preço, pois a procura pelo produto também reduziria.

Na teoria objetiva do valor-trabalho, a despeito da oferta e da demanda, o guarda-chuva possui um valor determinado pela quantidade de trabalho objetivado em sua produção; na teoria subjetiva do valor, o preço estaria determinado pelas preferências dos consumidores, que se manifestam na forma de oferta e procura.

O objetivo de Marx aqui é revelar, também, que o lucro não nasce do fato de que alguém pode comprar barato para vender mais caro. Esta hipótese – que habita a cabeça do cidadão comum que ignora as leis da economia política e, mais ainda, a sua crítica marxiana – não resiste à análise mais rigorosa. Caso aceitemos o fato de que o lucro nasce do ato de comprar barato para vender caro, ainda teríamos que encontrar uma saída para o primeiro vendedor. Afinal, para manter a lógica, ele também não comprou barato para vender caro com o objetivo de auferir lucro? E, nesse caso, como foi possível estabelecer o preço da primeira mercadoria? Acaso o preço foi resultado de um ato de esperteza, da capacidade de iludir que alguém possui no ato de compra e venda de uma mercadoria qualquer? A economia política ricardiana já havia sepultado para sempre esse conto de fadas, mas, como advertiu o próprio Marx acerca da contribuição de Ricardo, o grande economista inglês jamais se importou pela origem da mais-valia.

3.5 CAPITAL CONSTANTE E CAPITAL VARIÁVEL

Marx operou uma importante divisão no capital. Podemos ler em Adam Smith a distinção entre capital fixo e capital circulante. Em Ricardo, a distinção smithiana esta também preservada. Marx organizou todas essas categorias de análise a partir da teoria do valor, estabelecendo de maneira rigorosa os nexos internos das categorias como expressão do movimento real, que deram grande força à sua teoria. Para tal, Marx estabeleceu claramente a distinção que agora abordaremos.

Marx define assim **capital constante** e **capital variável**:

A parte do capital, pois, que se transforma em *meios de produção*, isto é, em matéria-prima, materiais, auxiliares e meios de trabalho, *não modifica sua magnitude de valor* no processo de produção. Por isso a denomino *parte constante do capital* ou, como mais concisão, *capital constante*. Pelo contrário, a parte do capital convertida em *força de trabalho muda seu valor* no processo de produção. Reproduz seu próprio equivalente e um excedente acima do mesmo. Esta parte do capital se converte continuamente de magnitude constante em variável. Por isso denomino *parte variável do capital*, ou, com mais brevidade, *capital variável*. (MARX, 1987, p.252)

Essa definição implica em reconhecer que somente a parte variável do capital é capaz de produzir valor, porque entra no processo produtivo com uma determinada magnitude e o conclui com “um excedente acima da mesma”. Trata-se do tema da mais-valia e o segredo da produção capitalista, que voltaremos a mencionar mais adiante. Aqui, importa observar que essa situação implica em uma grande contradição para o sistema capitalista.

Em função da luta contra o trabalhador, e da concorrência com os demais capitalistas, o capitalista individual é obrigado a substituir trabalho vivo por trabalho morto, ou seja, colocar máquinas no lugar de braços. Observe que fica evidenciado que o capitalista é impelido a este movimento por circunstâncias muito precisas, bastante distantes das elucubrações shumpeterianas que insistem na suposta inclinação à inovação, inerente ao capitalista. Marx indica as razões objetivas que explicam o movimento do capital individual e, mais importante, revela a contradição insanável que este comportamento cria no conjunto da produção capitalista.

Na prática, o capitalista *aumenta a composição orgânica do capital*, buscando maior taxa de lucro e, contraditoriamente, diminui ou apenas mantém a massa de valor produzido. Ocorre que, ao produzir maior quantidade de mercado-

rias no mesmo tempo de trabalho, o capitalista que produz com maior composição orgânica do capital, segue produzindo a mesma quantidade de valor ou, inclusive, diminui esta quantidade, porque agora está produzindo com menos força de trabalho, ou seja, com menor magnitude de capital variável. O resultado é que o valor individual das mercadorias produzidas com maior composição orgânica é, em função da menor quantidade de trabalho, menor.

Mas este movimento não é acompanhado pelos demais capitalistas, que seguem produzindo as mesmas mercadorias com maior quantidade de trabalho e, portanto, seguem determinando o preço médio. Mas o capitalista individual, que aumentou a composição orgânica de seu capital, produz agora a mesma mercadoria com menor valor individual, e pode, em consequência, baixar seu preço de tal forma que competirá com os demais membros de sua classe, em melhores condições. Como a determinação do preço acompanha o movimento da *determinação média do valor* das mercadorias, o capitalista com maior composição orgânica leva uma grande vantagem em relação ao capitalista que possuiu menor composição orgânica, precisamente aquele capitalista que produz com uma parte variável do capital maior, ou seja, com maior quantidade de força de trabalho.

Nesse contexto – ao contrário do senso comum que afirma que todo capitalista pretende “agregar valor em suas mercadorias” –, a lei do valor de Marx revela como e por que todo e qualquer capitalista individual busca, com determinação, precisamente o oposto: diminuir o valor das mercadorias, pois este é o caminho pelo qual ele irá se apropriar da massa de mais-valia produzida pelos seus concorrentes no mercado, no momento da realização do valor.

Mas esse comportamento individual do capitalista, que todos os dias nos é apresentado como a virtude do sistema – a maximização do lucro pelo capitalista individual é o caminho da riqueza e da eficiência –, implica nos termos de Marx em grave contradição. Na medida em que busca produzir as mercadorias com menor quantidade de trabalho, o capitalista está, na prática, fazendo com que o sistema produza com menor quantidade de valor, ainda que produza uma quantidade incomparável de mercadorias. Enfim, a magnitude do valor diminui de maneira acentuada, enquanto a montanha de mercadorias segue crescendo. Tudo funciona como se, na medida em que ganha eficiência, o sistema fosse diminuindo a substância da qual se alimenta, ou seja, a quantidade de valor.

A concorrência capitalista se expressa na necessidade que o capitalista individual possui de tornar sua mercadoria mais barata. Enfim, o volume crescente da magnitude dos meios de produção, comparado com a força de trabalho necessário para movê-los, expressa a crescente *produtividade do trabalho*. Marx afirma,

então, que o aumento da produtividade implica na redução da massa de trabalho em relação com a massa dos meios de produção.

Marx observa que, na medida em que a produtividade do trabalho aumenta, o capitalista se encontra em uma situação tal que, necessariamente, demandará maior massa de capital global para colocar em movimento a mesma quantidade de trabalho e absorver a mesma massa de mais-valia. Eis por que na exata medida em que a acumulação capitalista se acelera, verifica-se uma desproporção entre o crescimento cada vez maior do capital e sua relativamente decrescente necessidade de população. Enfim, o desenvolvimento das forças produtivas dispensa, de modo crescente, a força de trabalho. Marx indicou que nessas circunstâncias opera a lei da baixa tendencial da taxa de lucro e indicou também as alternativas capitalistas diante do movimento.

Portanto, a **baixa tendencial da taxa de lucro** é produto da aceleração inerente ao processo capitalista de produção, o que torna a crise própria ao funcionamento do sistema e não uma anomalia que, além de indesejável, é inexplicável. A crise capitalista – tal como a sofremos neste início de século – é um produto necessário da acumulação capitalista. Como afirmou Marx, já não se trata de explicar a baixa tendencial da taxa de lucro, mas sim de explicar por que essa queda não é ainda mais severa, mais profunda. É óbvio que o capitalista não fica de braços cruzados diante da crise latente ou manifesta. Marx assinala que, da mesma forma que no sistema existem essas tendências inerentes ao seu funcionamento, também operam contratendências que devem ser levadas em consideração. A leitura detalhada de cada uma delas deve ser objeto de consulta direta ao Tomo 3 de *O Capital*, um livro muito citado e muito pouco lido.

Resumo da unidade:

Nesta unidade vimos:

- as três fontes da teoria marxiana (a filosofia alemã, o socialismo utópico francês e a economia política inglesa), e as constantes referências a outras contribuições, como a questão dos vícios privados em Mandeville (*A Fábula das Abelhas*) e as contradições entre trabalho e capital em Thomas Hodgskin (*A Defesa do Trabalho contra as Pretensões do Capital*);
- as partes que compõem a obra *O Capital* e os desafios deixados por esse livro, sobretudo na superação de seus limites históricos (jamais podemos nos esquecer que Marx escreveu em condições específicas de tempo e de espaço, embora teorize sobre um sistema de abrangência mundial);
- as diferenças entre valor de uso e valor de troca na Teoria do Valor-Trabalho de Marx;
- como a Teoria do Valor-Trabalho de Marx se apropria e supera as teorias do valor de Smith e de David Ricardo, expressando com isso uma nova perspectiva na economia política;
- a fragilidade da Teoria Subjetiva do Valor de Menger, a partir da ênfase na função do trabalho de criar valor;
- o fetiche da mercadoria como estratégia de ocultação dela enquanto produto do trabalho, portanto, fruto social;
- a partir da negação desse fetiche, que a mercadoria é produto de relações sociais historicamente constituídas e determinadas;
- que o trabalho produtor dessas mercadorias possui também um tempo de trabalho necessário para ser reproduzido, isto é, para reproduzir a força de trabalho. A mercadoria força de trabalho possui, também, um determinado valor de uso e valor de troca;
- o significado da categoria mais-valia e suas duas formas de extração (a produção capitalista é a produção de mais-valia);
- o papel fundamental da luta pelo excedente econômico no desenvolvimento capitalista e no de suas contradições;
- a função da propriedade privada e da mercantilização da força de trabalho para a formação e o desenvolvimento do capitalismo e, nestes termos, que o salário é também um fetiche, pois oculta as divisões existentes no trabalho (trabalho necessário e trabalho excedente);
- que a origem do lucro reside na extração de mais-valia e não na diferença existente entre os preços de compra e de venda de cada mercadoria;
- que o capital é constituído de duas partes: capital constante e capital variável, e que somente este último cria valor;
- que a dinâmica da concorrência capitalista é determinada pelos diferentes níveis de Composição Orgânica do Capital e que a concorrência daí resultante e o acirramento das lutas sociais levam a uma tendência declinante da taxa de lucros no sistema capitalista.

Atividade de Aprendizagem – 3



- 1) Descreva detalhadamente a Teoria do Valor-Trabalho de Marx e aponte suas diferenças fundamentais em relações às teorias do valor de Smith e de Ricardo. Apresente, em sua resposta, considerações sobre a origem e as formas do valor na teoria de Marx e justifique o tema da centralidade e da importância do trabalho na sociedade capitalista.
- 2) Escreva um pequeno ensaio (máximo de duas páginas) sobre a Teoria da Mais-Valia e o fetiche do salário. Neste ensaio, faça um esforço de conceituação, definindo o significado de cada teoria e sua dinâmica de funcionamento, e também as contextualize a partir de exemplos de sua realidade.
- 3) Como se forma a tendência declinante da taxa de lucros?
- 4) As contradições capitalistas (como a expressa no fato de que o desenvolvimento da produção capitalista cria as condições objetivas de insuficiência do desenvolvimento futuro da produção capitalista, ou seja, o sucesso do capital só ocorre com a formação gradativa e dialética de seu fracasso histórico) evidenciam que o modo de produção centrado no capital é, socialmente, insustentável. De que ferramentas e instrumentos se vale a classe capitalista para reprimir as contestações populares e os movimentos sociais de oposição ao capitalismo?





4

AS CONTRATENDÊNCIAS À QUEDA NA TAXA DE LUCRO

Nesta unidade você verá:

- as contratendências à queda na taxa de lucro;
- a superpopulação relativa e sua função capitalista;
- o comércio exterior e a dependência na periferia do sistema capitalista;
- a taxa de mais-valia e a taxa de lucro;
- a diferença nacional dos salários e a migração internacional de trabalhadores.

4.1 AS CONTRATENDÊNCIAS GERAIS

A exemplo de Marx, vamos mencionar as contratendências à queda na taxa de lucro, ainda que rapidamente. A primeira contratendência assinalada é o recurso capitalista à **elevação do grau de exploração da força de trabalho**. Os mecanismos existentes para tal procedimento são básicos: o prolongamento da jornada de trabalho e a intensificação do trabalho. O primeiro é mais visível, e a resistência operária é mais fácil: os trabalhadores resistem ao aumento da jornada de trabalho e, inclusive, lutam para a sua diminuição. Mas o segundo, em função do controle que os capitalistas possuem do *processo de trabalho*, é muito mais difícil, porque um engenheiro ou supervisor na indústria exige que um trabalhador acompanhe uma quantidade maior de máquinas, por exemplo.

Um segundo mecanismo de que o capitalista lança mão está representado pela **redução do salário abaixo de seu valor**. Marx indica que esta é uma das causas mais importantes da contenção da tendência à baixa da taxa de lucro, embora tampouco tenha sido desenvolvido por ele e também não tenha merecido comentário de Engels. Contudo, para nós latino-americanos, submetidos historicamente à *superexploração da força de trabalho* – tal como demonstrou de maneira magnífica o mineiro Ruy Mauro Marini – a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor constitui o fundamento do capitalismo em escala global e é, de fato, o sustento da acumulação capitalista na periferia

do sistema. Como afirmou Marini (2000), o capital com menor composição orgânica, presente na periferia capitalista, é obrigado – em função da impossibilidade de competir com o capital de composição orgânica maior, cuja origem se encontra nos países centrais – a lançar mão de um maior grau de exploração de força de trabalho como mecanismo de compensação por essa debilidade congênita. Contudo, esta questão central não tem sido considerada pelos marxistas brasileiros que, em grande medida, se limitam à leitura do primeiro tomo de *O Capital*. Nos últimos anos, embalados pela onda acadêmica e jornalística que “descobriu” a esfera das finanças, muitos marxistas foram levados ao estudo do terceiro volume de *O Capital* sem, contudo, lograr a unidade da obra magna e incompleta de Marx.

Saiba Mais

Para saber mais a esse respeito, consulte:

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución*. 10 ed. México: Siglo XXI Editores, 1980.

O terceiro mecanismo mencionado por Marx está representado pela **diminuição do valor dos meios do capital constante**. Marx fala em termos proporcionais:

[...] o mesmo desenvolvimento que aumenta a massa de capital constante em proporção com o capital variável, diminui, como consequência da força produtiva acrescentada do trabalho, o valor de seus elementos, e impede em consequência, que o valor do capital constante, embora aumente permanentemente, o faça na mesma proporção que seu volume material dos meios de produção postos em movimento pela mesma quantidade de força de trabalho. (MARX, 1987, p.302).

4.2 A SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA

Com certa frequência, podemos ouvir que um dos problemas dos pobres é que eles possuem muitos filhos. Há quem diga, inclusive, que são pobres porque são numerosos. Assim apresentado o problema, evita-se discutir o fundamental, ou seja, o fato de que é a acumulação de capital, em primeiro lugar, a responsável pela taxa demográfica.

O que importa sublinhar, no contexto em que estamos analisando o tema, é o

fato de que uma superpopulação *relativa* é uma reserva estratégica decisiva para baixar os salários e permitir, entre outras razões, que opere uma contratendência à queda da taxa de lucro. Esse “excesso” de população brota de setores ou áreas em que o trabalho não está completamente subsumido ao capital. Aqueles capitais cuja composição orgânica é menor, ou seja, em que a parte variável é maior, proporcionalmente, à parte constante, são diretamente beneficiados pela existência de superpopulação relativa e seu efeito sobre o nível do salário.

4.3 O COMÉRCIO EXTERIOR

Finalmente, faremos uma reflexão sobre a importância do comércio exterior como mecanismo na acumulação de capital e instrumento privilegiado para enfrentar a queda na taxa de lucro. Na medida em que a importação de meios de subsistência mais baratos diminuiu, é óbvio que o valor do capital variável contribuiu, de maneira direta, para elevar a taxa de lucro. Mas não é somente isso que ocorre.

A importação de bens de capital também diminuiu o valor do capital constante e atua da mesma maneira que a diminuição dos elementos constitutivos do capital variável. Portanto, é precisamente por isso que a acumulação capitalista deve buscar um mercado cada vez mais extenso; mas devemos advertir que não existe o mercado infinito.

Não devemos desconhecer que Marx pensava essa questão desde o ponto de vista dos países centrais, ou seja, desde uma região que, em sua época, era a mais madura em termos de desenvolvimento capitalista. Por isso, Marx perguntou se o capital investido no comércio exterior, *especialmente nas colônias*, poderia fazer crescer a taxa geral de lucro. A resposta foi, obviamente, positiva.

Os capitais investidos no comércio exterior logram uma taxa superior porque, em primeiro lugar, neste caso competem com as mercadorias produzidas por outros países com menores facilidades de produção, de modo que o país mais avançado vende suas mercadorias por cima de seu valor, ainda que mais barata que os países competidores. (MARX, 1987, p.304).

Marx articula o problema sempre com o tema do valor:

Na medida em que aqui o trabalho do país mais adiantado se valoriza como trabalho de maior peso específico, aumenta a taxa de lucro ao vender-se como qualitativamente superior o trabalho que não foi pago como tal. A mesma relação pode ter lugar com respeito ao país no qual se enviam mercadorias e da qual se trazem mercadorias; ou seja, que este país dê maior quantidade de trabalho objetivado *in natura* (em espé-

cie) que aquele que recebe, e que desta maneira, não obstante, obtenha a mercadoria mais barata do que ele próprio poderia produzir. (MARX, 1987, p.304).

O efeito do comércio exterior para os capitalistas dos países desenvolvidos se assemelha, diz Marx, ao do fabricante

[...] que utiliza uma nova invenção antes que ela se generalize, vendendo mais barato que seus competidores, não obstante o qual vende sua mercadoria por cima de seu valor individual, ou seja, que valoriza como mais-valia a força produtiva especificamente mais elevada do trabalho que empregou. Desta forma, realiza lucro adicional. (MARX, 1987, p.304).

Observe que para além da quantidade de dinheiro, Marx elucida algo muito mais importante, teoricamente e absolutamente indispensável, para que o economista da América Latina abandone de uma vez por todas esta “ciência econômica” que reafirma todos os dias que a saída para os países periféricos é a exportação. Marx indica que, com o comércio exterior, *o país favorecido recebe mais trabalho em troca de menos trabalho!* Vejam a importância que essa questão tem para aqueles economistas que reconhecem a existência da lei do valor de Marx.

Nesse caso, um país voltado para a exportação, ou que valoriza intensamente as exportações, pode estar empobrecendo, na medida em que exporta maior quantidade de valor do que recebe. Nesse caso, o comércio exterior é nocivo e, ao contrário da propaganda, ainda que possa enriquecer o capitalista, certamente estará empobrecendo o país e criando um mecanismo de transferência permanente de valor dos países da periferia aos países do centro do capitalismo mundial.

Marx insiste neste ponto: o fato de que no desenvolvimento das forças produtivas o capital requer menos trabalho para produzir as mercadorias, e que esta condição não afeta em nada o salário, ou seja, a divisão entre trabalho pago e trabalho não pago. É por isso que a queda tendencial da taxa de lucro se vincula diretamente ao aumento da taxa de mais-valia, ou seja, do grau de exploração da força de trabalho. Enfim, Marx observa que a taxa de lucro não diminui porque o trabalho se transforma em mais produtivo, mas precisamente pelo seu contrário: porque se torna menos produtivo.

Nesse contexto, podemos entender por que as empresas multinacionais – que possuem sempre maior composição orgânica do capital quando comparadas com as empresas nacionais – decidem levar suas plantas produtivas para a periferia capitalista. Na verdade, elas pretendem produzir na periferia com capital constante e capital variável muito mais barato do que encontram nos países centrais. Os economistas dizem que o investimento externo é bom para os países da periferia capitalista, fazendo caso omissivo das advertências de

Adam Smith, que mostrou de maneira clara que a riqueza não nasce de outra fonte senão do trabalho e que, portanto, o chamado “capital externo” não pode produzir nada quando “aplicado” na periferia capitalista.

Marx, a partir da coerência que deu à teoria do valor-trabalho, liquidou qualquer dúvida a respeito, oferecendo as bases para aqueles marxistas que, quase um século depois, chamaram a atenção para o tema do “intercâmbio desigual”. Nesse debate, ficou evidenciado que os países da periferia perdem em suas relações com os países centrais e, na medida em que essas relações se realizam de maneira mais livre, maiores serão as perdas. Portanto, ao contrário do que dizem os economistas empregados pelas grandes indústrias e multinacionais e o jornalismo econômico a que assistimos todos os dias na televisão, o comércio exterior pode ser – e com frequência o é – para os países periféricos, uma fonte de empobrecimento, de aprofundamento da dependência e de perpetuação do subdesenvolvimento. Isso ocorre porque é precisamente por meio do comércio exterior que os países da periferia transferem mais trabalho em troca de menos trabalho.

É por essa razão que nunca veremos a homogeneização dos salários em escala global, ou seja, a diferença nacional de salários é absolutamente crucial para a acumulação de capital. Quando observamos que um ou outro chanceler de países da periferia capitalista tenta mudar a legislação nos países centrais, em favor dos imigrantes nacionais que para lá se dirigem buscando trabalho, podemos verificar que encontram uma forte resistência dos governos de lá, mesmo quando são governos de “esquerda” ou “social-democrata”. Essa lição histórica poderá ser observada com clareza agora que o Partido Democrata voltou ao governo dos Estados Unidos, com Barak Obama, porque a parcimônia que existia com George Bush também existirá com o atual presidente e a razão é simples: os grandes capitalistas jamais permitirão uma lei que favoreça os imigrantes nos países centrais, e muito menos permitirão a livre circulação de trabalhadores, porque tal decisão eliminaria uma das fontes essenciais da acumulação capitalista em escala global.

4.4 A TAXA DE MAIS-VALIA E A TAXA DE LUCRO

David Ricardo foi o primeiro economista que estabeleceu a oposição entre salário e lucro de maneira direta, no capítulo IV de seus *Princípios*.

A taxa de mais-valia é crucial no desenvolvimento capitalista porque ela expressa com precisão o grau de exploração da força de trabalho.

Vimos como Marx dividiu o capital em uma parte constante (capital constante, CC) e outra variável (capital variável, CV). Em princípio, podemos estabelecer que todo capital C é igual à soma do capital constante (CC) e do capital variável (CV).

Assim:

$$C = CC + CV$$

No final do processo de produção, que é ao mesmo tempo um processo de valorização, chegamos a uma situação realmente nova, que podemos expressar da seguinte maneira:

$$C = CC + CV + MV$$

sendo que **MV** = mais valia

Para efeito de simplificação, Marx sempre considera a taxa de exploração de 100%. Neste caso, teríamos a seguinte situação numérica no início do processo de produção:

$$500 = 410 + 90$$

Após o processo de produção, ou seja, do processo de valorização do capital, a equação ficaria assim:

$$500 = 410 + 90 + 90$$

Por que tem que ser assim? Porque a única mercadoria que gera valor é a força de trabalho e ela está representada na equação anterior pela parte variável do capital (CV). Também porque precisamente sobre ela incide a taxa de 100% de

exploração, que Marx supõe ao longo de *O Capital*. Para elucidar a natureza deste capital após o processo de valorização, Marx indicou que:

$$C' = C + V + MV$$

Neste contexto, a taxa de exploração é obtida na relação entre a parte variável do capital e a mais-valia obtida (100%).

Como se determina a taxa de lucro? A taxa de lucro se define em outros termos e, como veremos, possui íntima relação com a taxa de mais-valia:

$$L = MV/C + V$$

Por isso, Marx afirma que “a taxa de mais-valia medida segundo o capital variável se denomina taxa de mais-valia; a taxa de mais-valia medida segundo o capital global se denomina taxa de lucro” (1987, p.304). Assim estabelecido, é importante observar os caminhos que o capitalista possui para aumentar a taxa de lucro e a íntima relação que essa necessidade estabelece com o aumento do grau de exploração da força de trabalho. Em consequência, podemos concluir também que a resistência dos trabalhadores e a defesa de suas condições de vida e trabalho enfrentam a firme determinação do capitalista na defesa da elevação da taxa de lucro.

Fica definitivamente estabelecido o antagonismo entre os trabalhadores e os proprietários dos meios de produção. Somente agora podemos afirmar, então, que Marx revela a origem da riqueza, ou seja, o segredo do valor: a massa de mais-valia que os capitalistas devem extrair dos trabalhadores. Em consequência, também podemos verificar a importância crucial da teoria do valor-trabalho para a interpretação marxiana sobre o funcionamento real do sistema capitalista de produção.

Nesse contexto, podemos observar que, quando uma mercadoria se vende acima ou abaixo de seu valor – ou seja, quando os preços baixam ou sobem –, em nada altera a natureza da mais-valia. Um capitalista pode, portanto, vender uma mercadoria acima de seu valor e dizer que comprou barato, para vender 10% mais caro. Mas, com tal “explicação”, não conseguirá revelar a origem do valor e da riqueza socialmente produzida.

4.5 A DIFERENÇA NACIONAL DOS SALÁRIOS

Uma das questões tratadas por Marx, que mais ganhou em atualidade na última fase de acumulação de capital, diz respeito à vigência da lei do valor em escala planetária e à importância da diferença nacional de salários de que ele tratou em *O Capital*.

Com efeito, a chamada globalização nada mais é que a vigência da lei do valor sem os tradicionais mecanismos de falseamento da lei pelo estado. Na exata medida em que os Estados Nacionais renunciaram, por um conjunto de razões, aos controles estatais, beneficiaram enormemente a acumulação de capital em favor das grandes empresas multinacionais, ou seja, em favor do capital que possui maior composição orgânica.

Foi precisamente a diminuição dos controles nacionais que tornou a força de trabalho ainda mais vulnerável diante do despotismo do capital. Não podemos esquecer que, enquanto o capital conquistou grande liberdade nas duas últimas décadas, os controles nacionais sobre as fronteiras, visando impedir a livre mobilidade da força de trabalho, permaneceram muito rígidos, quando não foram ampliados. Um exemplo ilustrativo dessa situação pode ser visto com o Tratado de Livre Comércio que o México assinou com os Estados Unidos e com o Canadá, e que entrou em vigor em janeiro de 1994. O México, embora tenha desenvolvido esforços diplomáticos para lograr uma revisão da lei migratória, que permitiria garantir direitos elementares para os milhões de trabalhadores ilegais que atuam na fronteira norte, jamais arrancou da principal potência imperialista de nosso tempo qualquer concessão significativa. Em consequência, milhões de trabalhadores mexicanos cruzam a fronteira em busca de trabalho nos Estados Unidos e, em função da condição de ilegais em que se encontram, aceitam qualquer tipo de trabalho, e nas piores condições possíveis.

Enfim, ocorre uma situação histórica muito parecida com aquela que Marx observou entre a Inglaterra e a Irlanda que, também, como agora, aceitava o trabalho dos imigrantes, mas não aceitava sua presença na Inglaterra. O mesmo ocorre atualmente com os Estados Unidos, que não podem tocar a máquina capitalista sem a força de trabalho latino-americana, mas não concedem os direitos de cidadania que dizem respeitar. A razão desse cinismo é bastante clara: as grandes empresas multinacionais radicadas nos Estados Unidos necessitam da força de trabalho barata para, entre outros objetivos, baixar os salários dos trabalhadores sindicalizados e organizados em torno de seus grandes sindicatos.

Por isso, podemos entender por que milhões de trabalhadores se deslocam todos os anos dos países periféricos em direção aos países centrais em busca de trabalho. Esses milhões de trabalhadores constituem o equivalente mundial daquilo que Marx denominou “exército industrial de reserva”, quando analisou a acumulação de capital na Inglaterra. O movimento desses grandes contingentes humanos somente se explica pelo movimento do capital em busca de novos e melhores espaços de valorização. Esses milhões de trabalhadores repetem o movimento das mariposas em relação à iluminação pública nas noites escuras. A dificuldade que os governos dos países da periferia capitalista encontram em conquistar direitos para seus cidadãos nos países centrais e diminuir a crueldade da legislação migratória em relação aos latino-americanos, nos Estados Unidos e na Europa, por exemplo, deriva das necessidades que o capital possui de contratar trabalhadores sem reconhecer seus direitos fundamentais.

Não se trata de uma crueldade que podemos julgar apenas moralmente, pois a teoria marxiana explica de maneira clara por que esse grau superior de exploração da força de trabalho é absolutamente fundamental para a sobrevivência do capital individual em dois planos. O primeiro é a necessidade de conquistar uma taxa de exploração sempre superior, como mecanismo de elevação da taxa de lucro. Portanto, esta via implica em acirrar o conflito entre o capital e o trabalho: é, como diria Marx, expressão da luta de classes no chão da fábrica. O segundo refere-se à luta entre as frações do capital, ou seja, a concorrência capitalista que caracteriza o sistema e que força o capital individual a buscar uma taxa de lucro superior à dos seus concorrentes. Essa relação ocorre no interior de um determinado país e ocorre, também, entre os capitais globais de vários países, razão pela qual não deveríamos descartar tão fácil e ingenuamente a existência das nações.

Resumo da unidade:

Nesta unidade, vimos:

- as alternativas de contratendências à queda na taxa de lucros da produção capitalista. A primeira delas se dá a partir do aumento da exploração da força de trabalho. A segunda contratendência se observa na super-exploração da força de trabalho, elemento constitutivo mesmo das formações capitalistas dependentes, como a latino-americana. A terceira contratendência se dá pela diminuição do valor dos meios do capital constante;
- além dessas alternativas, a existência de uma superpopulação relativa que contribui, também, para reverter a tendência declinante da taxa de lucros, pois, sujeita ainda mais o trabalho, abundante, ao capital, e favorece o rebaixamento dos salários através da expansão desse contingente de trabalho;
- a função do comércio exterior na reversão da tendência declinante da taxa de lucro: através da exportação de bens que compõem a cesta básica de subsistência da classe trabalhadora dos países centrais a um preço inferior, é possível a diminuição do tempo de trabalho necessário para a reprodução da classe trabalhadora, contribuindo, assim, para o rebaixamento dos salários e constituindo, também, um importante e cada vez mais utilizado instrumento de inversão da tendência declinante da taxa de lucros;
- que a América Latina, ao exportar trabalho, remete ao exterior mais valor que dele recebe: historicamente, não apenas o comércio exterior mas também o investimento estrangeiro nessa região se constituíram em verdadeiras válvulas de drenagem de recursos;
- que o valor tem origem no trabalho, e o lucro, na extração de mais-valia;
- que o processo de mundialização do capitalismo (chamado por muitos, genericamente, de “globalização”) corresponde à vigência da lei do valor na mais larga escala;
- que a migração internacional de trabalhadores da periferia para o centro tem constituído um instrumento cada vez mais importante de acumulação imperialista, pois diminui os salários no centro do sistema, com a formação de um mercado de trabalho excedente, e drena cérebros e talentos dos quais os países centrais não investiram um centavo para a formação.

Atividade de Aprendizagem – 4



- 1) Como a América Latina e o Brasil em especial têm contribuído historicamente para a reversão da tendência declinante da taxa de lucro no centro do sistema capitalista? Faça uma redação (máximo de 4 páginas) contendo os elementos que constituíram essa dependência econômica e aponte como a opção primário-exportadora da economia brasileira a tem aprofundado.
- 2) Escreva um texto sobre a importância da migração de trabalhadores latino-americanos para a acumulação de capital no centro capitalista. Em seu texto, aborde: fatores de expulsão desses trabalhadores da periferia para o centro; fatores de atração desses trabalhadores no centro; consequências desse excedente populacional nos mercados de trabalho centrais; efeitos negativos dessa transferência para as economias periféricas, que deixam de contar com trabalhadores e mão-de-obra qualificada; e importância das remessas de migrantes para os países periféricos.





5

CONCLUSÕES

Nesta unidade você verá:

- os limites e as possibilidades da crise capitalista;
- as potencialidades da teoria socialista de Marx na alteração do destino da humanidade;
- a disputa política no currículo de formação dos economistas;
- aspectos gerais da necessidade de se ler Marx e tê-lo como objeto de debate e atuação política.

A crise capitalista eclodiu com força no final de 2007. Nossa geração jamais viveu algo parecido, e a ideia que fazemos da capacidade destrutiva do capitalismo somente nos chegou por meio das leituras sobre a grande depressão de 1929. Contudo, há algo mais importante sobre nossa escassa capacidade de compreender e prever as grandes crises: durante décadas, fomos acostumados com a confortável ideia segundo a qual o vocábulo “crise” estava associado à inflação alta, ao déficit no balanço de pagamento, à desvalorizações da moeda nacional ou a fenômenos correlatos.

Para os defensores do capitalismo, a crise estrutural, de que nos falou Marx, tinha desaparecido para nunca mais voltar, simplesmente porque os economistas finalmente se tornaram hábeis na utilização de alguns instrumentos de política econômica (cambial, fiscal, monetária, etc.), capazes de eliminar as crises do sistema capitalista. Finalmente, mesmo para aqueles que jamais descartaram a possibilidade de uma grande crise sistêmica, a ideia que faziam dela estava rarefeita de tal maneira que, quando fazem alusão à “grande depressão”, são incapazes de associá-la à imensa capacidade destrutiva do capitalismo.

Mas não há a menor dúvida de que a atual crise destruirá milhões de empregos, e massas de trabalhadores permanecerão anos sem ter uma fonte de renda regular e segura. Os trabalhadores, responsáveis pela criação de toda riqueza, serão aqueles que mais sofrerão com a crise e com a administração capitalista da crise pelo Estado. Ao contrário da doutrina que o jornalismo nos introduz todos os dias, a crise não afetará todos de maneira igual. O caráter destrutivo do capitalismo cobrará seu preço com a eliminação de milhões de pequenos e médios empresários, resultado da dinâmica da concentração e centralização de capital, inerente ao modo de produção capitalista.

Enfim, os grandes capitalistas sairão da crise mais fortes ainda, não somente porque os monopólios aumentarão seu poder ao adquirir capitais menores, mas, sobretudo, porque o Estado atuará em favor dos grandes sob o argumento de que é preciso fazer algo para que a “economia” não se destrua. O caráter de classe do estado burguês – sempre mais cruel e explícito na periferia capitalista – não deixará de atuar de maneira decisiva em favor das frações do capital (comercial, industrial, agrário, financeiro, etc.), como se estivesse defendendo o interesse de toda a sociedade.

A erupção da grande depressão de 2007 alterou, e vai alterar ainda mais, nossa compreensão do capitalismo. A consciência plena sobre sua profundidade ainda poderá chegar um pouco mais tarde, mas não há mais dúvida de que a grande depressão na qual entramos (e ninguém poderá dizer quando sairemos) abre uma nova possibilidade para a formação do economista que, até agora, se revelou completamente insuficiente para prever esta grande catástrofe, da mesma forma que se revela insuficiente para encontrar uma saída para a crise.

Por que os economistas se revelaram tão despreparados para prever a crise? Por que os economistas se revelam incapazes de encontrar o remédio capaz de eliminar o mal pela raiz? Creio que esta incapacidade do economista é produto da formação que recebe, na qual a *teoria neoclássica* é dominante. Até um mês antes da crise, estava claro para os chefes de departamentos e coordenadores de curso que, sem o domínio da macro e da microeconomia neoclássica, um economista não merecia seu título.

O conservadorismo que domina as faculdades de economia – especialmente no sistema de pós-graduação – julgava que a criação de modelos e o domínio das matemáticas para elaboração de modelos econométricos representava um caminho seguro para o êxito profissional e para enfrentar os perigos do mundo capitalista. Tudo isso está se revelando uma imensa impostura intelectual. Os economistas de formação neoclássica são desmentidos pelos fatos todos os dias e suas teorias se revelam totalmente inadequadas para salvar o sistema que defendem...

Nesse contexto, o renascimento de Marx era mesmo inevitável. Afinal, qual autor entendeu melhor o capitalismo, suas contradições e seus antagonismos com maior profundidade e brilho do que ele?

Palavra do Professor



Contudo, é preciso dizer que não devemos recorrer a Marx como quem busca uma verdade teológica na bíblia. A obra de Marx, como a de qualquer outro clássico, é, necessariamente, uma obra aberta. Isso significa que a obra marxiana nos oferece, em primeiro lugar, um método para a pesquisa e a análise do sistema capitalista. No entanto, é preciso trabalhar duro para compreender a dialética marxiana. Mas tampouco é impossível! O espírito científico de Marx revelou que, para chegar à dialética marxiana, ele desenvolveu estudos muito apurados sobre a economia política inglesa – a mais avançada de sua época –, os teóricos do socialismo de seu tempo e a filosofia alemã, além de dar atenção para a geologia, a história, etc. Este exemplo é decisivo: a curiosidade intelectual deve ser o ponto de partida do economista realmente comprometido com a solução dos grandes problemas humanos.

Uma formação como a que temos neste momento – centrada nos manuais de macro e microeconomia – revelou-se completamente inadequada para que o economista se sinta profissionalmente preparado para as exigências do mundo moderno. Nossos estudantes, quando terminam o curso de economia, não possuem qualquer segurança e, provavelmente, a grande maioria se sente despreparada para ler o mundo e sua imensa crise. O resultado é que se sentem inseguros e há boas razões para que se sintam assim. A primeira é que não tiveram uma formação plural, ou seja, um equilíbrio entre a leitura e o estudo da apologética capitalista (a micro e a macroeconomia) e os críticos do sistema.

O estudo da obra de Marx, que agora se revela absolutamente necessário para compreender a crise capitalista, sua origem, seu metabolismo e suas graves consequências, estava praticamente banido de nossas faculdades. Figurava, quando muito, como uma curiosidade e, para muitos estudantes, como algo inútil que deveria ter sido substituído há muito tempo por algo “mais útil”, como um bom curso de matemática financeira ou algo semelhante. A segunda razão pela qual o economista se sente inseguro é que, pela formação que recebeu, pretendia entender o mundo capitalista apenas lendo e estudando obras de economia, abandonando a curiosidade intelectual e o exemplo transgressor de Marx, que não mediu esforços para compreender os avanços científicos das outras áreas.

O refúgio “científico” do economista foi seu declarado apreço pela matemática e pela elaboração de modelos matemáticos que, além de certa elegância formal, não possuíam outra utilidade senão aliená-lo do mundo real em que tinha e tem plantados seus pés. Estas são razões para que tenhamos especial apreço pela obra de Marx e voltemos à leitura sistemática de *O Capital*. Mas

não se trata somente do retorno à sua obra magna: é necessário ler também a obra “política” de Marx, na qual podemos encontrar lições excepcionais sobre como se comportam as classes durante as crises, o caráter de classe do estado capitalista, as funções do mercado mundial, do dinheiro e sua relação com o poder, sua impiedosa crítica às ideologias, etc.

Esse retorno a Marx não nasce de uma suposta revanche de comunistas e socialistas, interessados em subverter a formação do economista, mas de uma necessidade real, imposta pela própria crise e pelo fracasso das teorias sistêmicas em explicar e resolver a grande crise que iniciou, de maneira explícita, em 2007, mas que já estava incubada pelo menos desde 2000 ou 2001, nos Estados Unidos.

Quando me refiro às teorias sistêmicas, não limito a expressão à chamada “teoria neoclássica”, mas também ao keynesianismo. As receitas de Keynes não estavam destinadas a superar as contradições capitalistas e, menos ainda, seus irreconciliáveis antagonismos, mas a administrá-los de tal forma que impedisse as crises do capitalismo. Não devemos esquecer que o keynesianismo gozou de imensa popularidade nas escolas de economia e que gerações inteiras foram educadas na arte de administrar o estado combatendo o desemprego e criando estímulos ao investimento e ao consumo como meio de sanar as contradições do sistema capitalista. Mas eles também fracassaram rotundamente, e as esperanças que vemos agora sobre a capacidade do estado em superar a crise capitalista não passam de uma triste repetição histórica que, como tal, poderíamos dizer, seguindo Marx, é uma farsa.

Isso não significa que devemos abolir Keynes da formação dos estudantes. Significa que devemos ler Keynes desde uma perspectiva crítica, tal como Marx leu os economistas clássicos de seu tempo. Ora, Keynes jamais tocou nos mecanismos de exploração do trabalho inerentes à produção capitalista. Uma taxa de desemprego baixa pode ser, sob determinadas circunstâncias, melhor que o desemprego em larga escala, mas, em nenhum caso, a exploração capitalista da força de trabalho será abolida. Os capitalistas podem buscar no keynesianismo as políticas necessárias para o retorno de uma taxa de acumulação maior, mas, mesmo assim, não estarão eliminando, e nem mesmo analisando, as contradições inerentes ao sistema capitalista, que agora se revelam evidentes até mesmo para o senso comum. O estudo sistemático de Marx, portanto, passou a ser uma exigência do mundo contemporâneo. Não podemos mais evitá-lo sob o ridículo argumento de que ele analisou o capitalismo do século XIX. Afinal, aquelas crises – comerciais, produtivas, financeiras – que mereceram o estudo minucioso de nosso autor não estão mostrando suas vísceras à luz do dia? Como compreendê-las sem o retorno a Marx?

Esta apostila teve como objetivo chamar a sua atenção para aspectos nodais da crítica marxiana. Repito que sua leitura não pode evitar o essencial: o estudo sistemático da obra de Marx, especialmente de *O Capital*. A tentativa dos economistas em ocultar Marx, exorcizá-lo, impedindo que as novas gerações pudessem conhecer seu imenso aporte ao conhecimento do mundo moderno – um mundo que se fez essencialmente capitalista – finalmente terminou. A crise, repito, trouxe de volta Marx. Não sabemos quando, nem como a crise atual será solucionada.

No entanto, sabemos que, ao contrário da apologia capitalista que tenta glamourizar o efeito perverso da crise (afirmando que o sistema se alimenta da “destruição criadora” e que, em consequência, ao mesmo tempo em que milhões de vidas são destruídas nesse maquinismo sistêmico e certamente perverso, se recriam as condições para que a acumulação capitalista se normalize), Marx indicou que a crise é efetivamente uma oportunidade para superar definitivamente o sistema capitalista. Não há razão para eliminar esta hipótese em favor do atual sistema, já não orientado pela busca incessante do valor, mas baseado na propriedade privada e no estado dominado pelos capitalistas. Mas não devemos considerar a hipótese de superação do sistema capitalista somente em função da crise atual, pois o período de “normalidade” da acumulação de capital era igualmente terrível para milhões de seres humanos, especialmente na periferia capitalista, ainda que não exclusivamente nessas regiões.

O período da “normalidade capitalista”, ou seja, da “estabilidade” do sistema, é um período em que a acumulação de capital se desenvolve sem grandes obstáculos. Mas é precisamente nessa fase que são geradas as condições da crise que, finalmente, cedo ou tarde, mudarão a consciência dos homens sobre sua existência e seu mundo. O período da “normalidade capitalista” é um período em que milhões permanecem no exército industrial de reserva, submetidos, portanto, às condições sub-humanas das correntes migratórias, da falta absoluta de direitos sociais e trabalhistas, de concentração do poder, da propriedade e do prestígio social.

Essa realidade que, na época de Marx, estava limitada à Europa, agora se estende para todo o globo, tornando a perspectiva analítica do autor ainda mais atual, mais concreta. Marx supunha que o mundo seria como a Inglaterra do século XIX, e que as condições capitalistas que ali se verificavam, necessariamente, se estenderiam por todo o planeta. Ao contrário do que diziam os críticos de Marx, na medida em que o tempo passava e que o capitalismo se tornava dominante em todas as regiões do planeta, a capacidade explicativa

de Marx não perdia força. Na verdade, sua capacidade explicativa ganhava consistência, e muitos aspectos por ele enunciados somente agora estão completamente atuais e visíveis, razão pela qual, mesmo com certa reticência, muitos adversários do alemão tendem a reconhecer que “em determinados aspectos como a crise”, a leitura de Marx é apropriada.

Palavra do Professor



Eu creio que é muito mais: o mundo atual é incompreensível sem a leitura e o estudo sistemático de Marx. Trata-se de uma obra decisiva para os estudantes de economia, mas sabemos ser impossível ler a produção de Marx durante os 4 ou 5 anos da graduação. Porém, é fundamental e inadiável empreender esta tarefa o mais rapidamente possível, mesmo sabendo que não poderemos concluí-la em tão curto espaço de tempo.

Resumo da unidade:

Nesta unidade, vimos:

- que a crise estrutural (e suas gestões desesperadas de administração por parte da burguesia) lançará sua miséria e desemprego, especialmente, sobre a classe trabalhadora;
- que, deixada sob o controle das classes dominantes, a crise atual apontará para um fortalecimento do capital monopólico e intensificará o caráter classista do estado, representante dos negócios burgueses;
- que, apesar da crise estrutural do capital que ora se manifesta ser profunda, ela não fora diagnosticada, reflexo da incapacidade crítica, e mesmo avaliativa, dos economistas formados nos moldes tradicionais (tanto neoclássicos, como keynesianos);
- o quanto Marx contribui para a formação (em marcos científicos e políticos outros) de economistas mais comprometidos e capazes de analisar e modificar a sociedade em que vivem;
- que a importância e a contribuição de Marx jamais poderão ser reduzidas e que é justamente em seu caráter de análise crítica e totalizante que residem os fundamentos para a tomada de consciência da classe trabalhadora. Tal opção política a levaria ao domínio de si para si, através de um sistema de produção em que o fruto do trabalho social seja também socialmente apropriado. A humanidade passaria, então, nos dizeres do próprio Marx, do reino da necessidade para o reino da liberdade.

Atividade de Aprendizagem – 5



- 1) Através das categorias e conceitos apresentados ao longo desta apostila, bem como utilizando seus conhecimentos oriundos de disciplinas como Economia Clássica e História Econômica Geral, faça uma interpretação marxista da crise capitalista atual. Leve em consideração os seguintes aspectos: incapacidade de se extrair em porções cada vez maiores de mais-valia no centro do sistema; tendência crescente do capital a condenar sempre mais trabalhadores ao desemprego e à marginalidade; centralização do capital em níveis crescentes e insustentabilidade do sistema financeiro mundial, baseado no capital fictício; falência do sistema de crédito, fundado na euforia financeira e na falta de controle sobre a circulação de capitais. Na sua opinião, a crise pela qual o centro do sistema capitalista passa atualmente é novidade para os países dependentes? Justifique sua resposta.



REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. Porto: Edições Afrontamento, 1976.
- BOBBIO, Norberto. **Ni con Marx ni contra Marx**. México: FCE, 2000.
- CLEAVER, Harry. **Una lectura política de El Capital**. México: FCE, 1985.
- DUSSEL, Enrique. **Hacia un Marx desconocido: um comentário de los Manuscritos del 61-63**. México: Siglo XXI Editores, 1988.
- ECHEVERRÍA, Bolívar. **El discurso crítico de Marx**. México: Editora Era, 1982.
- GROSSMANN, Henryk. **La ley de la acumulación y del derrumbe del sistema capitalista**. 2 ed. México: Siglo XXI Editores, 1984.
- GIOVANNI, Biagio De. **La teoría política de las clases en “El Capital”**. México: Siglo XXI Editores, 1984.
- HEGEL, G. **Lecciones sobre la filosofía de la historia universal**. Madrid: Alianza Editorial, 1997
- KOSIK, Karel . **Dialéctica do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- MANDEL, Ernest. **Além da perestroika: a era Gorbachov e o despertar do povo soviético**. São Paulo: Editora Busca Vida, 1989. Tomos I e II.
- MANDEL, Ernest. **Introdução ao marxismo**. Porto Alegre: Editora Movimento, 1978.
- MANDEL, Ernest. **La formación del pensamiento econômico de Marx de 1843 a la redacción de El Capital**. 9. ed. México: Silgo XXI Editores, 1978.
- MARX, Karl. **Contribución a la crítica de la economía política**. México: Siglo XXI Editores, 1982.
- MARX, Karl. **El Capital**. 16. ed. México: Siglo XXI Editores, 1987.
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica da dependência**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- MARINI, Ruy Mauro. **Subdesarrollo y revolución**. México: Siglo XXI Editores, 10 edición, 1980.
- POLANYI, Karl. **La gran transformación: los orígenes políticos y económicos de nuestro tiempo**. México: FCE, 1992.

- ROSDOLSKY, Romam. **Gênesis y estructura de El Capital de Marx** (estudios sobre los Grundrisse). México: Siglo XXI Editores, 1986.
- RUBIN, Isaac Illich. **Ensayo sobre la teoría marxista del valor**. 7 ed. Buenos Aires: . Cuadernos de Pasado y Presente, 53, 1987,
- SILVA, Ludovico. **El estilo literario de Marx**. 3. ed. México: Siglo XXI Editores, 1978.
- SILVA, Ludovico. **Anti-manual para uso de marxistas, marxólogos y marcianos**. 3 ed. Caracas: Monte Ávila Editores, 1979.
- El Capital. Teoría, estructura y método**. División de Estudios de Posgrado de la Facultad de Economía de la UNAM, Selección y prólogo de Pedro López Díaz, México, 1983. Obra em 4 tomos com vários autores.
- SILVA, Ludovico. **La alienación como sistema: la teoría de la alienación en la obra de Marx**. Caracas: Alfadil Ediciones, 1983.
- SILVA, Ludovico. **Marx y la alienación**. Caracas: MonteAvila Editores, 1974.
- SILVA, Ludovico. **La alienación en el joven Marx**. México: Editorial Nuestro Tiempo, 1979.
- SMITH, Adam. **Investigación sobre la naturaleza y causas de la riqueza de las naciones**. México: FCE, 1990.
- VITALE, Luis. **Interpretación marxista de la historia de Chile: de semicolonía inglesa a semicolonía norteamericana (1891 – 1970)**. Barcelona: Editorial Fontamara, 1980.
- ZAVALETA, René. **Obras Completas**. La Paz: Los amigos del Libro, 1988.
- TVARDOVSKAIA, Velentina A. **El populismo ruso**, Biblioteca del Pensamiento Socialista. México: Siglo XXI Editores, 1978
- LÖWY, Michael. **O Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- SWEEZY, Paul M. **Teoría del desarrollo capitalista**.13. ed. México: Fondo de Cultura Economica, 1987.

